



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS III
COMUNICAÇÃO SOCIAL / JORNALISMO EM MULTIMEIOS

LAYLA GABRIELE SHASTA DE OLIVEIRA

MEMORIAL DOCUMENTÁRIO CASA ALADA
CORPO, GÊNERO E DESEJO NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES COM
DEFICIÊNCIA FÍSICA EM PETROLINA PE

Juazeiro – BA
Julho/2022

LAYLA GABRIELE SHASTA DE OLIVEIRA

MEMORIAL DOCUMENTÁRIO CASA ALADA

**Corpo, gênero e desejo na experiência de mulheres com deficiência física em Petrolina -
PE**

Memorial descritivo apresentado ao Departamento de Ciências Humanas, campus III, da Universidade do Estado da Bahia, para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo em Múltiplos Meios, sob a orientação da Prof^ª. Dr. Carla Paiva.

Juazeiro – BA
Julho/ 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

O48m Oliveira, Layla Gabriele Shasta Rodrigues de

Memorial documentário "casa alada": corpo, gênero e desejo na experiência de mulheres com deficiência física em Petrolina-PE / Layla Gabriele Shasta Rodrigues de Oliveira. Juazeiro-BA, 2022.
85 fls.: il.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Carla Conceição da Silva Paiva.

Inclui Referências

TCC (Graduação – Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus III. 2022.

1. Deficientes – Comportamento sexual. 2. Sexualidade das mulheres.
3. Corpo das mulheres. 4. Mulheres com deficiência física. 5. Deficientes físicos – Petrolina-PE. 6. Casa Alada. I. Paiva, Carla Conceição da Silva.
II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.
III. Título.

CDD: 306.7087

LAYLA GABRIELE SHASTA DE OLIVEIRA

MEMORIAL DOCUMENTÁRIO CASA ALADA

Corpo, gênero e desejo na experiência de mulheres com deficiência física em Petrolina - PE

Memorial descritivo apresentado ao Departamento de Ciências Humanas, campus III, da Universidade do Estado da Bahia, para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo em Multimeios.

Aprovado em 20 de julho de 2022.

Participação via Videoconferência

Orientadora: Prof^a Dra. Carla Conceição da Silva Paiva

Participação via Videoconferência

Examinadora: Prof^a Dra. Letizia Osorio Nicoli

Participação via Videoconferência

Examinadora: Dra. Karla Daniele de Sá Maciel Luz

Juazeiro-BA
2022



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III
COLEGIADO DE JORNALISMO EM MULTIMEIOS

Declaração

Eu, professora Carla Conceição da Silva Paiva, declaro que o trabalho de conclusão de curso orientado por mim e intitulado **Documentário Casa Alada. Corpo, gênero e sexualidade - a experiência de mulheres com deficiência física de Petrolina-PE** da orientanda **Layla Gabriele Shasta Rodrigues de Oliveira** está apto para ser entregue ao Colegiado de Jornalismo em Multimeios, após correções indicadas pela banca examinadora, com o consequente encaminhamento à Biblioteca do Departamento de Ciências Humanas, Campus III, UNEB.

Juazeiro/BA, 27 de julho de 2022

Professor(a) Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais: Elaine Shasta e Almedes Ubirajara. É com muita alegria que é chegado o momento de poder marcar os seus nomes em meu trabalho de conclusão da graduação, uma etapa de muitas outras que virão, mas que dá, de algum modo, um certo fechamento para algo que se inicia ainda na infância, quando nos perguntam o que vamos ser quando crescermos (e, claro, dá início a uma nova etapa). Em toda essa caminhada, vocês estiveram lá. Nos últimos quatro meses, vocês viveram comigo todo o processo de elaboração deste TCC, entre dores e alegrias, mas isto nada se compara ao que vivemos em toda a minha vida. Escrevo esta carta com lágrimas nos olhos, de quem encontrou perseverança e força, graças ao apoio de vocês e ao desejo de fazê-los felizes e orgulhosos de sua única filha. Vocês se envolveram com cada etapa e buscaram as mais diversas formas de me auxiliar e torcer pelas minhas conquistas, como sempre.

Ao meu querido pai, dedico este trabalho por todas as vezes em que me disse “estude...”, em um tom só seu, e o tanto que o seu próprio esforço por mim me fez sempre lutar por isso. Você, que acorda todos os dias antes mesmo do astro rei nascer, me moveu até aqui. Dedico à minha querida mãe, amor em forma de gente, pelo tanto que me incentiva, abraça, aconselha, ilumina e torna tudo mais fácil. Pelas lágrimas e sorrisos transbordados e por todas as aventuras que vivemos, enquanto você me apoiava em alguma jornada. Não há lugar mais seguro e acolhedor do que ao lado de vocês e eu não poderia ter mais sorte. Muito obrigada. Aqui, ainda, agradeço aos demais que me apoiaram - muito em especial a Alan Pablo, a quem, ao longo dos últimos quatro anos, afirmo de maneira constante: “obrigada por me ajudar [mais uma vez], no futuro ainda escreverei um agradecimento para você em meu TCC”. Enfim, chegou a hora! Obrigada pela paciência, carinho e todo o auxílio sempre que precisei. Com vocês três, posso dizer: nós conseguimos.

RESUMO

A imbricação dos discursos e estigmas relacionados à deficiência e à feminilidade é geradora de opressão e de vulnerabilidade às mulheres com deficiência. O presente estudo priorizou analisar as principais autopercepções de mulheres com deficiência física de Petrolina-PE sobre corpo, gênero e desejo sexual. Para tal, a investigação de natureza qualitativa, utilizou-se dos estudos sobre gênero e o Modelo Social da Deficiência, como principais referenciais teóricos, e, à luz das metodologias feministas e da história de vida, realizou entrevistas em profundidade que resultaram na produção do documentário *Casa Alada*. Foi possível perceber que, em sua construção como indivíduos, as entrevistadas terminam por se apropriar das expectativas impostas pela sociedade que apontam desejos por se casar, ter filhos e manter o corpo dentro dos padrões de beleza como típicos do comportamento feminino. Porém, por estarem marcadas pela simbologia do "desvio", alcançar tais expectativas se torna difícil, o que acaba causando, de algum modo, sofrimentos.

Palavras-chave: Mulheres com deficiência; corpo; gênero; sexualidade e documentário

ABSTRACT

The overlapping of discourses and stigmas related to disabilities and femininity generates pressure and vulnerability for women with disabilities. The present study prioritized as main self-perceptions of women with physical disabilities in Petrolina-PE about body, gender and sexual desire. To this end, an investigation of a qualitative nature, using studies on gender and the Social Model of theoretical efficiency, and, in the light of feminist methodologies and life history, conducted in-depth interviews that resulted in the production of feminist methodologies and the life's history. Winged House. It was to realize that, in its construction as appropriate, as interviewees end up by, if possible or by the expectations imposed by society that want children to marry, having to maintain the body of beauty standards as typical of female behavior. However, because they are marked by "deviations", reaching such expectations becomes difficult, or rather, suffering is identified.

Keywords: Women with disabilities; body; genre; sexuality and documentary

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS.....	10
3. JUSTIFICATIVA.....	11
4. REFERENCIAL TEÓRICO	14
5. METODOLOGIA	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
7. REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

Muitos movimentos sociais têm se mobilizado em busca de melhorias dos serviços voltados às Pessoas Com Deficiência (PCDs) nos últimos anos. Os atuais debates dentro desse âmbito almejam, especialmente, progressos no campo da saúde e no campo da legislação, que visa, entre outras coisas, a diminuição das barreiras arquitetônicas, inclusão na educação regular e no mercado de trabalho (GESSER, 2010). Apesar de tais avanços relacionados à compreensão dos direitos das PCDs, segundo Moukarzel (2003), na esfera social, esses indivíduos continuam lidando, cotidianamente, com diversas restrições e se encontram, em grande parte, inseridos às margens da sociedade.

Muitas barreiras e mitos continuam presentes tanto no imaginário quanto no cotidiano social acerca da deficiência, ainda concebida sob a ótica da incapacidade, que credita ao indivíduo que apresenta perda ou alteração de determinada estrutura ou função física e/ou cognitiva, atributos de desvantagem e descrédito quanto às possibilidades de autodeterminação e de atendimento às demandas sociais, dificultando seu desenvolvimento e impedindo-o de fazer escolhas para sua vida (MOUKARZEL, 2003, p.13).

Isso está associado ao fato de que a observação da deficiência, a partir das barreiras dentro da sociedade, ainda é pouco explorada no meio científico. As pesquisas, nesse sentido, surgiram a partir de 1970, quando autores buscaram dar conta de compreender os impactos e origens sociais da deficiência, estudando aspectos que iam além dos biomédicos, únicos pontos de vista para a questão até então (DINIZ, 2007, p.1). Essa corrente teórica é intitulada “Modelo Social da Deficiência” (1983 apud DE MELLO e NUERNBERG, 2013, p.1).

A disciplina [...] reformulou o conceito de deficiência, colocando-a num contexto social e mostrando que os problemas sociais e julgamentos de inferioridade com que pessoas com deficiência se confrontam são produzidos pela interação com um ambiente cultural, quer material, quer psicológico, que está em desacordo com o funcionamento ou a configuração dos seus corpos. (GARLAND-THOMSON, 2019, p. 47).

Essas discussões deram espaço para se pensar a respeito dos impactos do capacitismo, preconceito social contra pessoas com deficiência, na vivência dos indivíduos, bem como sua combinação com outras categorias de análise social, como classe, raça e gênero. A análise da intersecção desses fatores foi promovida por pesquisadoras feministas das teorias da deficiência. Elas avaliaram como a união das opressões do capacitismo àquelas impostas pelo patriarcado interferem na vida de mulheres com deficiência.

Dessa forma, destacou-se a multiplicidade de vivências e expectativas das lutas por justiça social tanto femininas, quanto das pessoas com deficiência (GARLAND-THOMSON, 2019). O patriarcado é um sistema que, como afirma Saffioti (2015), diz respeito a uma estrutura de poder, com aspecto ideológico, que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas de convivência humana. “O conceito [...] refere-se a milênios de história mais próxima nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina” (SAFFIOTI, 2015, p. 145). Assim, o patriarcado é, em síntese, um sistema social em que se mantém o poder nas mãos dos homens, enquadrando-os em posições de liderança política e autoridade familiar, com exercício de domínio, especialmente, sobre as mulheres. Refletindo sobre tais questões, em resumo, no funcionamento e hierarquia da sociedade patriarcal, “o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (SAFIOTTI, 1987 apud SAFFIOTI, 2015, p. 33).

Esse sistema social, entre outras coisas, como afirma Scott (1989), objetifica o corpo da mulher, estabelecendo padrões corporais e sexuais, que são ainda mais difíceis de alcançar em um contexto de deficiência. Pode-se dizer, conforme Nogueira (2019), que há uma ideologia restritiva de beleza e saúde que dá força às práticas de poder que oprimem os corpos e, segundo essa última autora, se os modelos de corporalidade que imperam hoje “têm o poder de desafiar a normalidade das pessoas tradicionalmente não deficientizadas, tanto mais constroem e oprimem quem já se encontra assinalado pelo signo do desvio” (NOGUEIRA, 2019, p. 88). Especialmente no que diz respeito às experiências afetivas-sexuais, a mulher com deficiência enfrenta uma luta para “fazer valer seu lado feminino, desvinculado da imagem socialmente construída de dependência e fragilidade associada à deficiência e ao sexo feminino” (FROÉS, 2000, p. 27 apud MAIA, 2006, p. 37).

Lembramos que socialmente ainda há uma exigência de que a mulheres tenham sua sexualidade resguardada. Dessa forma, na sociedade patriarcal em vivemos, de forma geral, é mais difícil os pais compreenderem a sexualidade das filhas, principalmente se elas tiverem alguma deficiência. Como pontua Araújo (2000), o padrão misógino aprisiona a sexualidade das mulheres. [...] A sociedade [também], de forma geral, ainda acredita que para uma pessoa com deficiência seja impossível a realização plena da sexualidade. Shakespeare (1998) ressalta que esta concepção é baseada numa ideia de que existe um ciclo de resposta sexual normal. E assim, quem não tem a resposta esperada, é considerado problemático (FERREIRA et al., 2017, p. 8-9).

Em resumo, parece que mulheres com deficiência são, constantemente, associadas a determinados lugares e condições socialmente impostos, que negligenciam ou deixam à margem seus outros aspectos políticos e subjetivos, o que, possivelmente, exerce algum tipo de interferência em suas construções como indivíduos, gerando particularidades que merecem ser ouvidas e representadas. Assim, “parece claro que a deficiência afeta a identidade de gênero” (MAIA, 2006, p. 144). Este segundo, por sua vez, é afetado pela dominação masculina, que estabelece normas na definição dos comportamentos, no modo de se relacionar e de demonstrar afetividade e liberdade sexual (DANTAS et al., 2014, p. 558).

Valota (2021) lembra que a mulher com deficiência é totalmente apta a viver uma vida normal, em contraponto a visão social de que a pessoa com deficiência é alguém incapacitado e inferior. Ela ressalta que, “(...) uma mulher com deficiência só vai ter reconhecimento midiático se acontecer algo triste, trágico, na sua vida, que vá causar comoção nas pessoas. Só que a vida dessa mulher não se resume às suas dificuldades e limitações” (p. 12). Nesse contexto, é importante que histórias de pessoas com deficiência sejam contadas de maneira honesta, como qualquer outra pessoa, apontando suas limitações e necessidades, mas também suas potencialidades.

Diante de todas essas questões sociais, o presente trabalho pretende responder à pergunta: que tipos de autopercepções mulheres com deficiência, habitantes de Petrolina, cidade do interior do estado de Pernambuco, têm sobre seu corpo, gênero e desejo sexual? O meu envolvimento com as discussões sobre gênero e sexualidade dentro desse âmbito, surgiu após participar de um evento, voltado à comunidade com deficiência, com intuito de debater sobre sexualidade. Na ocasião, as participantes mulheres, com deficiência visual e lesão medular, revelaram que temas como educação sexual, diferenças entre o corpo masculino e feminino, maternidade e, até mesmo, menstruação e o uso de absorventes íntimos, por vezes são considerados “proibidos” para mulheres com deficiência e lhes foram ocultados por familiares ao longo da vida.

Em um diálogo mais íntimo, após o fim da palestra, algumas das espectadoras conversaram comigo, revelando estarem mais sujeitas a abusos em relacionamentos, bem como que uma das maiores dificuldades que enfrentam é referente ao machismo, responsável por criar em homens a expectativa de que suas esposas e namoradas assumam o papel de cuidadoras, seja do lar, dos filhos ou, e principalmente, deles próprios, ações que a sociedade acredita que mulheres com deficiência não são capazes de fazer.

Esses diálogos me instigaram a tentar compreender tais processos e as consequências deles na constituição da identidade dessas pessoas. Além disso, ficou evidente, para mim, a necessidade de articular os temas referentes à constituição do sujeito, gênero, deficiência e sexualidade em um produto de comunicação, que pudesse levar tais debates à sociedade em geral, principalmente, diante da influência dos meios de comunicação para os sujeitos sociais.

Enquanto mulher, ao ouvir relatos sobre a estigmatização sofrida por outras mulheres por questões de corpo e papel de gênero, me liguei ainda mais fortemente à temática. Como futura jornalista, me sinto na responsabilidade e dever de, através da comunicação, promover conhecimento sobre tal problema. Eu tive a oportunidade de ter acesso à informação e, assim, quebrar paradigmas, desse modo, almejei promover o mesmo para o restante da comunidade.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as principais autopercepções de mulheres com deficiência física de Petrolina-PE sobre corpo, gênero e desejo sexual.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Estudar os modelos sociais de deficiência e seus entrecruzamentos com os conceitos de corpo, gênero e desejo sexual à luz do feminismo;
2. Identificar como mulheres com deficiência física percebem seus corpos, gênero e desejo sexual;
3. Evidenciar, a partir da produção de um documentário, as principais autopercepções de mulheres com deficiência sobre seu corpo, gênero e desejo sexual

3. JUSTIFICATIVA

Diversos estudos da área de comunicação apresentam os meios como ferramentas capazes de influenciar o cotidiano do público, a exemplo da teoria da *agenda setting*, defendida inicialmente por Maxwell McCombs e Donald Shaw (DEARING et al., 1996). Essa foi uma das primeiras correntes teóricas a investigar os efeitos da mídia na formação da opinião pública e projeção de acontecimentos. Em resumo, esse conceito pode ser descrito como “a hipótese segunda a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (BARROS FILHO, 2001, p. 169 apud EL FARO et. al, 2015, p. 113). Frente a essas considerações sobre o agendamento da mídia, é preciso observar como a temática da deficiência aparece nos meios e quais as possíveis consequências dessa abordagem no contexto social.

O tratamento dado aos assuntos relacionados à deficiência nas pautas jornalísticas do Brasil foi tema de uma pesquisa desenvolvida pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), com o apoio técnico da Escola de Gente – Comunicação em Inclusão (2002), que realizou uma análise quanti-qualitativa do tratamento dado pela mídia impressa brasileira a questões associadas à diversidade, com foco na deficiência. Após avaliar 1.192 matérias veiculadas ao longo de 2002, o estudo concluiu que o assunto não é valorizado como tema de utilidade ou de interesse público – o que, de acordo com essa análise, provoca empobrecimento das matérias publicadas com o referido foco nos jornais brasileiros.

Ainda segundo esse estudo, nas poucas vezes em que aborda a temática “deficiência”, a mídia somente se interessa em realizar matérias sobre espaços físicos ou acessibilidade, aspectos que configuram o assunto mais abordado, ao lado de questões relacionadas à tecnologia e recursos. Além disso, mais de 60% das matérias analisadas só ouviram uma fonte e quase sempre a entrada da questão na pauta dos meios se dava através de eventos organizados por entidades interessadas na causa ou da agenda de órgãos oficiais (ANDI, 2002).

Ademais, os consultores da pesquisa citada apontaram, também, que temas de interesse das próprias pessoas com deficiência pouco aparecem de forma transversal. É importante destacar, ainda, que os problemas não se limitam às ausências nas pautas dos jornais impressos, mas também a maneira como são feitas as coberturas. Isso, pois o jornalismo só utiliza esses indivíduos como fontes para falar sobre pontos como os dois anteriormente citados, o que, de certo modo, resume as pessoas às suas condições físicas ou mentais.

De tal modo, as pessoas com deficiência não costumam dar depoimentos aos jornais sobre questões que vão além da deficiência, tampouco na posição de fonte oficial ou especializada em algum tema. Com relação às mulheres, há alguns agravantes. As temáticas abordadas pelos meios, em sua maioria, envolvem, com mais frequência, cenas explícitas de violência, enquanto a pornografia apresenta, demasiadamente, mulheres com deficiência em posições de extrema subserviência e a publicidade promove padrões corporais para as mulheres, em geral, que reforçam um sentimento de insegurança (FASSINI et al., 1992). Assim, a mídia cria um cenário que influencia a construção dos papéis sociais das mulheres, mas onde “raramente se representa uma mulher portadora de deficiência como uma pessoa com poder decisório, capaz de triunfar” (FASSINI et al., 1992, p. 16).

As escolhas dos meios de comunicação, por não abordar tais questões ou tratar o tema das PCDs superficialmente, estão presentes, também, na utilização de terminologias e nomenclaturas erradas em reportagens, que terminam por manter na sociedade estigmas em relação a essas pessoas. Colling (2002) afirma que, embora a comunicação interpessoal tenha um importante papel e os receptores das mensagens sejam portadores de individualidade, o impacto dos meios é inegável no que diz respeito a dar visibilidade a determinadas questões.

Atualmente, é difícil que um grande número de pessoas fique sabendo de um acontecimento somente através das conversas com os seus familiares, amigos ou colegas de trabalho. Para um fato ser conhecido pela sociedade, especialmente nos grandes centros urbanos, é vital que ele transite nos meios de comunicação (COLLING, 2002, p. 92).

Essas constatações referendam a necessidade de promover produções comunicacionais que gerem mais visibilidade a essas pessoas. Desse modo, a produção de um estudo, acompanhado de um documentário (primeira versão do produto disponível em: <https://youtu.be/7dFgenx7iiY>), para discussão sobre gênero, corpo e sexualidade, a partir da perspectiva de mulheres com deficiência, é respeitável para agendar tais questões nos debates da sociedade. Consequentemente, será possível, ainda, combater preconceitos sociais, especialmente, os que dizem respeito aos corpos e à liberdade sexual e afetiva dessas mulheres, levando conhecimento aos cidadãos e contribuindo com a promoção da inclusão social efetiva dessas pessoas.

O presente trabalho poderá também contribuir com a área de jornalismo, trazendo novas perspectivas para o agendamento das mídias brasileiras e reflexões sobre as atuais abordagens utilizadas para falar sobre PCDs. Além disso, a intersecção entre questões de deficiência, gênero, corpo e sexualidade, jamais foi promovida em estudos no curso de jornalismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus Juazeiro (BA). Essa abordagem é pouco utilizada, não só em reportagens, mas também nas próprias pesquisas de comunicação e, até mesmo, em estudos feministas.

Por ser considerada pela maior parte da comunidade acadêmica uma temática muito específica e distante, a deficiência ainda é um tema periférico nas Ciências Humanas e Sociais e particularmente no campo teórico feminista (DE MELLO e NUERNBERG, 2012, p.1).

Assim, a relevância de tal problemática para a comunidade científica está na escassez de pesquisas que relacionem a deficiência aos estudos feministas e, também, de comunicação, geralmente estudada a partir de perspectivas biomédicas. Neste trabalho, ao contrário, está sendo defendida a proposta de pensar a deficiência também dentro do modelo social, visto que, diante dos padrões impostos pela sociedade, especialmente para as mulheres, quanto ao corpo e ao comportamento, as PCDs encontram-se em um local minoritário e marginalizado. Em vista disso, trata-se de um fenômeno que também deve ser olhado a partir do viés das humanidades. Além dessas lacunas, que motivam o estudo, é importante ressaltar o vínculo pessoal que possuo com o tema.

Meu primeiro contato com a questão das pessoas com deficiência se deu através de um trabalho para a disciplina de Direitos Humanos, no curso de Jornalismo em Mídias, quando elaborei um produto audiovisual sobre as barreiras arquitetônicas de Juazeiro. Desse momento em diante, compreendi que, sempre que pudesse, deveria denunciar e retratar as barreiras impostas às pessoas com deficiência, sejam elas referentes ao ambiente ou ao convívio social. Discussões teóricas, produções audiovisuais e campanhas publicitárias foram alguns dos produtos que elaborei sobre o tema na graduação. Agora, com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), compreendi mais sobre a questão, com o apoio de uma literatura embasada, e defendo a necessidade de gerar produções mais aprofundadas na temática, com o objetivo de mobilizar a comunidade para a reflexão e inclusão social. Isso, pois, o trabalho de caráter mais enraizado pode colaborar na difusão do conhecimento sobre as desigualdades que afetam as PCDs e contribuir com a Ciência, colaborando com a formação de futuros pesquisadores da temática, ainda pouco explorada no meio acadêmico.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 ANALISANDO A HISTÓRIA DAS MULHERES E CONCEITUANDO GÊNERO

Para compreender as percepções que quaisquer mulheres têm de si mesmas, um bom início é avaliar como se constroem as ideias a respeito de determinadas categorias no imaginário social. Observando as crenças do meio social relacionadas às mulheres ao longo das décadas no Brasil, respeitadas as pluralidades de vivências, é possível notar que a categoria “mulher” aparenta ser estigmatizada e submetida a uma construção com base, principalmente, em normas relacionadas ao corpo e à sexualidade, pois os padrões sociais destinados às mulheres estiveram quase sempre conectados aos deveres ligados a esses dois aspectos.

À exemplo disso, entre os anos de 1930 e 1950, segundo Santana e Pedro (2012), “manter a linha” era um conselho comum publicado nas revistas femininas do Brasil. Naqueles anos, as táticas de sedução eram limitadas e guiadas pelo medo de virar “moça perdida”. Por essa razão, a demonstração de pudores era muito comum e a ideia de beleza estava ligada, sobretudo, ao comportamento, que deveria contar com “uma certa contração da postura e alguma dose de cerimônia nos gestos” (SANT’ANNA, 2012, p. 55).

Até esse período, o corpo feminino ainda não era o foco principal dos padrões de beleza da sociedade, visto que se tratava de algo que deveria ser guardado com pudor. Por isso, por exemplo, as viúvas caminhavam severamente vestidas, sem decote e sempre com mangas compridas, e ainda não se falava em “boa forma”. O ideal de mulher estava mais conectado à robustez do espírito e à “graciosidade” do que à sua estrutura física. Com relação a isso, no máximo, aconselhava-se a realização de exercícios destinados a afinar a cintura e a endireitar a postura.

Inúmeros conselhos valorizavam as mulheres prestimosas, conhecedoras do minucioso universo dos bordados e fitas. Precisavam ser cândidas e obedientes diante do ideal da esposa fiel. Como um “anjo da família”, dela se esperava uma força inabalável, emoldurada por uma graça irresistível (SANT’ANNA, 2012, p. 55).

Desse modo, “na primeira metade do século XX, parecia não haver dúvidas de que as mulheres eram, ‘por natureza’, destinadas ao casamento, à maternidade e à dedicação ao lar” (PINSKY, 2012, p. 229). Assim, não é difícil presumir que o ideal de beleza ligado à obediência e à prestimosidade existia graças ao que se entendia como o papel das mulheres na sociedade.

Junto a esse pensamento, ainda de acordo com essa pesquisadora, o reforço aos padrões comportamentais citados também era baseado na necessidade de se disseminar costumes que favorecessem a diferenciação entre a mulher chamada de “prostituta”, normalmente moças de classes baixas, e aquela que seria a “mulher de bem”. Isso, pois, com o crescimento das cidades e a conseqüente multiplicação dos espaços de sociabilidade, era preciso delimitar tudo o que era distinto e honrado, assim, “os que se enquadravam nos modelos prescritos teriam direito a privilégios na nova e mista sociedade” (PINSKY, 2012, p. 230).

O começo da virada desse tipo de pensamento surge aos poucos, com o desenvolvimento econômico e a urbanização acelerada no Brasil, na segunda metade do século XX. Pinsky (2012) aponta que, até então, apenas as feministas pareciam encontrar benefícios no trabalho profissional qualificado das mulheres, exaltando a mulher ativa, nesse sentido, como alguém socialmente relevante para a pátria e a família. Apesar disso, essa luta, favoreceu, entre outras coisas, a educação escolar das mulheres, ao passo em que crescia o interesse pela força de trabalho feminina nos múltiplos empregos do emergente setor de serviços. "Essas transformações ajudaram a modificar as imagens da mulher, de sua relação com os homens e os significados atribuídos ao feminino" (PINSKY, 2012, p. 244).

No entanto, mesmo com a maior aprovação social da figura da “mulher que trabalha”, que modificava as visões a respeito dos deveres sociais da figura feminina, essa representação ainda era tida como inferior à da “boa esposa”, “mãe” e “dona de casa ideal”. Foi, após o final dos anos 1950, quando os dois sexos já se aproximavam em termos numéricos no ensino médio e, a partir dos anos 1960, que, “uma série de transformações levaria a enormes mudanças nas imagens de mulher” (PINSKY, 2012, p. 249). Ainda de acordo com essa autora, nesse período, as ideias de Simone de Beauvoir, escritas no livro “O segundo sexo”, conquistaram um terreno para florescer e, anos mais tarde, darem frutos, desafiando a ideia de destino natural feminino e destacando caráter cultural dos papéis atribuídos às mulheres (PINSKY, 2012).

Esse contexto social começou a se modificar, de fato, com a aproximação dos anos de 1960, mudanças que se tornaram mais intensas a partir de 1961, com a chegada da pílula anticoncepcional às farmácias. O método promoveu uma diminuição no número de filhos por família, permitindo que mulheres participassem mais da economia, bem como ampliou o leque de possibilidades em suas vidas. Além disso, “o desabrochar do feminismo, também dessa época [...] completava o quadro das influências que contribuiriam para minar as imagens tradicionais de mulher, ampliando perspectivas” (PINSKY, 2012, p. 249).

Várias garotas, especialmente nos meios universitários e intelectuais, procurariam discutir os problemas do país e romper com os padrões de comportamento ensinados por seus pais e avós, demonstrando inconformismo com a condição de superioridade masculina na sociedade e a discriminação sexual que vitimava a mulher (PINSKY, 2012). O clima de maior liberdade abriu espaço para que o interesse da imprensa pela estrutura corporal da mulher, que aos poucos podia se mostrar mais, se afluísse, fazendo-a destacar que as mulheres deveriam ampliar o interesse masculino por seus corpos (PINSKY, 2012). Desse modo, “o corpo inteiro começava a insinuar-se no cinema e nas fotonovelas como lugar de cuidados permanentes” (SANT’ANNA, 2012, p. 56).

Com o tempo, as possibilidades do corpo e o reforço desse como um instrumento de sedução e cuidado chegaram a um ponto em que a busca pelo peso ideal passou a ser uma das grandes preocupações das brasileiras, o que até então não possuía tanta força. As décadas seguintes aos anos 1960 ‘turbinaaram’ o corpo “com um arsenal de vitaminas, próteses, preenchimentos e cremes extremamente diversificados” (SANT’ANNA, 2012, p. 61). Assim, foi aberto o caminho para que, com o passar dos anos, os ideais de comportamento e o corpo da mulher chegassem à configuração atual.

Evidentemente, a liberdade de decidir o que fazer com o próprio corpo aumentou de modo significativo desde a década de 1960. Mas, essa evolução não foi uma via de mão única. Ela exigiu que se integrasse à identidade pessoal o cálculo das taxas de colesterol, vitaminas e hormônios, além dos quilos ganhos e perdidos (SANT’ANNA, 2012, p. 61).

Esses historiadores ainda destacam que o corpo se tornou o centro de uma espécie de combate permanente, no qual, quem não for à luta expressa fraqueza e merece, portanto, desprezo. “Nos novos tempos, a falta de beleza ilustraria, assim, uma outra, bem maior” (SANT’ANNA, 2012, p. 61). Nesse novo mundo, a palavra “mulher” costuma estar associada à pessoa que cuida de sua saúde e aparência a quase qualquer custo, para que não receba o terrível título de “desleixada”, mas correndo o risco de, em uma linha muito tênue, ser taxada de “fútil”.

Já com relação à questão da sexualidade, desde os anos 1980 e 1990, falar de sexo está mais fácil do que nunca. As revistas femininas passaram a se dedicar cada vez mais aos conselhos sexuais (incluindo sugestões técnicas para melhorar o desempenho) e ao “culto ao corpo” (saúde e aparência), enfatizando o direito feminino ao “prazer sexual com segurança”, independentemente de estado civil ou faixa etária.

Nos textos sobre comportamento, as regras fixas e as receitas prontas para um relacionamento afetivo e/ou sexual satisfatório davam lugar ao incentivo da busca do autoconhecimento e às expressões favoráveis à manifestação das tendências individuais e do entrosamento íntimo das pessoas adultas envolvidas. Era a hora de construir uma “mulher real, feliz, capaz, que tem controle sobre sua própria vida (PINSKY, 2012, p. 253).

Enfim, segundo Pinsky (2012), desde os anos 1960, as representações e ideais femininos não são mais tão rígidos como no passado, abrindo espaço para a pluralidade e flexibilização das regras. Apesar disso, eles ainda existem, e entender esse percurso histórico é importante, pois, nos mostra como a compreensão do que é ser “mulher” pode - e deve - ser pautada a partir do ponto de vista da História e da Ciência Social.

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder (TILLY, 1994, p. 31).

Quando pensamos nas crenças e regras sociais visíveis no recorte histórico dos anos de 1930 a 2000 no Brasil, uma importante observação a se fazer é a de que, a cada geração, o conceito do que é e como deve ser uma mulher foi sendo modificado, sendo esse, então, algo que demonstra ser mutável, de acordo com o tempo, e que, assim, não parece estar relacionado a natureza do sexo. Além disso, fica evidente, como citado por Tilly (1994), que a maneira como tais normas são impostas também se modifica a depender da classe social, raça, entre outros fatores.

O que seria, então, “mulher”, até a década de 1950? Uma pessoa com determinadas características biológicas, natureza maternal e cuidadosa, que esbanja graciosidade em seu corpo e deve sempre manter seus pudores? Ou estaria esse ideal vinculado às necessidades da elite da época? E a mulher nos anos 2000? Seria o indivíduo que costuma cuidar mais de seu corpo do que aqueles do sexo masculino? Como definir essa categoria hoje?

Essa instabilidade referente ao conceito de “mulher” demonstra a necessidade de analisar a história a partir de uma perspectiva que compreenda os significados culturalmente atribuídos ao que é ser homem e mulher, para além da anatomia dos corpos, que é estável. Além disso, é indispensável um estudo que questione se as estruturas de poder têm influência na construção dos papéis sociais impostos aos indivíduos de acordo com seu sexo. É nesse contexto que se torna útil para essa reflexão a utilização dos estudos de gênero, categoria que avalia todos esses aspectos (BARRETO et al., 2009).

De acordo com a historiadora Joan Scott (1989), as preocupações teóricas com relação ao gênero, enquanto categoria de análise, surgiram no final do século XX. Segundo ela, os estudos de gênero emergiram em um momento de grande efervescência que, em certo ponto, tomou a forma de uma evolução de paradigmas científicos. Além disso, esse uso, relativamente recente, do termo - que na gramática é compreendido como um meio de classificar fenômenos - teria “aparecido entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1989, p.1).

O termo “gênero” indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de palavras como “sexo” ou “diferença sexual”; demonstrava o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade e dava espaço para as pesquisadoras que acreditavam que mulheres e homens eram definidos a partir de construções sociais e que, por isso, a compreensão de cada um não poderia existir através de um estudo inteiramente separado. Também sinalizava um aprofundamento do compromisso com a história tanto das mulheres quanto de “mulheres”, enquanto categoria política e analítica. Por fim, o significado que Joan Scott dá ao gênero é o de que este é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 86).

Essa autora indica, ainda, que o gênero implica quatro elementos, relacionados entre si. O primeiro é que os símbolos culturalmente disponíveis evocam representações múltiplas, frequentemente contraditórias, como o símbolo da “prostituta” e da “moça de bem” dos anos 1950, no Brasil. O segundo elemento compreende conceitos normativos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, políticas ou jurídicas, que “tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino” (SCOTT, 1989, p. 18).

Já o terceiro aspecto das relações de gênero é o de que esse tipo de análise “inclui uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais” (SCOTT, 1989, p. 22). Isso significa dizer que o campo analisa a construção política e as hierarquias sociais a partir das relações de sexo além de implicar em uma nova História, que busca “descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária [homem e mulher] dos gêneros” (SCOTT, 1989, p. 22). O último aspecto do gênero apontado por ela é a identidade subjetiva.

Esses elementos são importantes para a legitimação do gênero na sociedade enquanto instrumento de poder. Scott (1989) cita alguns estudos, como o trabalho de Pierre Bourdieu (1980), no qual ele “mostrou como em certas culturas a exploração agrícola era organizada segundo conceitos de tempo e de estação que se baseavam em definições específicas da oposição masculino/feminino” (SCOTT, 1989, p. 23). Em outro exemplo, a historiadora Natalie Davis “mostrou como os conceitos de masculino e feminino eram ligados a percepções e críticas das regras da ordem social no primeiro período da França Moderna” (SCOTT, 1989, p. 23).

Nota-se, nos exemplos apresentados, como, na verdade, a distinção do sexo se relaciona à organização social e política. Essas ligações explícitas, segundo Scott (1989), são apenas uma parte de como o gênero se apresenta como modo primeiro de significar as relações de poder na sociedade, uma vez que “as estruturas hierárquicas se baseiam em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino” (SCOTT, 1989, p. 26), o que pode ser mais uma vez exemplificado, retomando ao século XIX, quando, o conceito de classe também baseava-se no gênero.

Na França, os reformadores burgueses descreviam os operários em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas), os dirigentes operários e socialistas respondiam insistindo na posição masculina da classe operária (produtores fortes, protetores das mulheres e das crianças) (SCOTT, 1989, p. 26).

Percebe-se, assim, que embora a ênfase colocada sobre o gênero não seja sempre explícita na política, ele tem forte interferência na organização social e nas questões de desigualdade. Com a teoria de papel de gênero, foi possível conceber que os processos assim ocorriam de tal maneira, pois, “as concepções de padrão feminino sempre eram subalternas as atitudes traçadas como masculinas” (PAIVA, 2019, p. 53).

Por essa razão, “as vantagens dos homens aparecem no mundo do trabalho, nas decisões de rotina na família, nas resoluções de conflitos etc.” (AFONSO; LEAL, 2007 apud PAIVA, 2019, p. 53). Haveria, portanto, a associação persistente da masculinidade com o poder e os valores mais altos, enquanto o oposto seria o que é imposto pelo sistema às mulheres.

A masculinidade hegemônica marcada pela virilidade racionalidade, força, controle, produção, sucesso e aventura, sempre em oposição à feminilidade, apontada como dependente, materna, pura e dócil, concretizavam uma ideologia, para Fagundes 2005, sociocultural e política através de representações e estereótipos que conduziam ao fenômeno da dominação dos homens, frequentemente definido como algo natural (PAIVA, 2019, p. 53).

Como é possível explicar isso? A resposta, para Scott (1989), está em fornecer “certa atenção aos sistemas de significados, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência” (SCOTT, 1989, p. 15). Assim, é possível chegar a algumas conclusões: os próprios sentidos das categorias “homem” e “mulher” variam de acordo com a época, o contexto e o local; as normas regulatórias de comportamento sexual existentes foram criadas e impostas por alguém, não sendo naturais; as questões de poder e direitos representaram definições de masculinidade e feminilidade; as estruturas simbólicas afetam as vidas e práticas de pessoas comuns; e as identidades sexuais foram forjadas dentro de prescrições sociais e contra elas (SCOTT, 2021).

Sendo a vivência da mulher altamente atravessada pelas questões de gênero, compreender a categoria é fundamental para identificar as autopercepções que mulheres com deficiência possuem sobre si e seus cotidianos. Além disso, para entender como elas veem seus corpos e sexualidade é importante, ainda, descrever o que são esses aspectos, explorando seus conceitos através da história e os efeitos da sua intersecção com a deficiência e o gênero.

4.2 CORPO, DEFICIÊNCIA E SEXUALIDADE

O corpo é um aspecto fundamental para a construção da identidade, pois, para o Outro, ele enquadra-se como a expressão primária de quem somos e, portanto, é o primeiro aspecto a se envolver nas nossas relações sociais. Assim, “o corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos e o que podemos nos tornar” (WEEKS, 1995, p. 90-91 apud LOURO, 2015, p. 12).

Ancorados nos aspectos biológicos, que lhes parecem imutáveis e fontes de verdades, os indivíduos realizam este movimento, pois, “tudo o mais parece tão incerto que precisamos do julgamento que, aparentemente, nossos corpos pronunciam” (WEEKS, 1995 apud LOURO, 2015, p. 12). Apesar disso, conforme explica Louro (2015), as inscrições de identidade, gênero e sexualidade nos corpos são feitas, sempre, num contexto cultural e, portanto, com as marcas dessa cultura. É ela quem diz às pessoas o que comer, que atividades físicas praticar, quais roupas estão na moda, quais condutas que devem ser seguidas etc. Por esse caminho, essa mesma cultura encara a mulher a partir de seu corpo e o que ele produz, fechando-a às funções de reprodução e afetividade (COLLING, 2014).

A natureza das mulheres, historicamente, foi vista como algo que as destinava ao silêncio, visando fortalecer o sistema capitalista com a reprodução da força de trabalho e a realização de atividades domésticas gratuitas (FIRESTONE, 1976). Desse modo, foram sempre impossibilitadas outras formas de criação para as mulheres e lhes atribuídas uma “significação ideológica de mercadoria” (ANDRADE, 2003, p. 121). Desse modo, pode-se aferir que:

Na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu "ser-outro"; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito (BEAUVOIR, 1967, p. 22).

Significa dizer que a mulher consegue, plenamente, exercer a mesma ousadia que um menino, bem como o espírito de iniciativa e a exuberância (BEAUVOIR, 1967), no entanto, o exercício da liberdade feminina requer um trabalho constante de ruptura com o sistema patriarcal e a sua ideologia. Há uma convicção cultural, portanto, que busca privar as mulheres do processo de criticidade que leva a consequente autonomia. Por isso, observa-se que os papéis, obrigações e identidade femininas não são vinculadas aos seus corpos, mas às questões sociais. É a partir dessa concepção que parte a máxima de que “ninguém nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 1967, p. 9), pois, “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Apesar da célebre preposição de Beauvoir, como já visto, ainda hoje, muito do que diz respeito às identidades, papéis dos sexos e, até mesmo, noções de capacidade das mulheres e todos os indivíduos, são apontadas como questões biológicas ou naturais. Uma explicação para isso é que o corpo é, de fato, “aquilo que nos parece mais tangível” (WEEKS, 1995, p. 90 apud LOURO, 2015, p. 14) e, por isso, seria, explicando em analogias, a mais acessível árvore de onde podemos colher o fruto da verdade sobre os nossos desejos e necessidades, mas, principalmente, sobre os dos outros. Considerando que muitos são os julgamentos que aqueles com quem convivemos socialmente fazem sobre nós a partir dos corpos, é possível, portanto, perceber que eles também influem diretamente no convívio social.

É em meio a essa realidade social e contexto geral de dominação sobre as pessoas, que Rosemarie Garland-Thomson (1997) introduz o conceito de “Corpos Extraordinários” para refletir sobre como a cultura compreende os corpos com deficiência e, inclusive, constrói, ela mesma, um sentido de falha em corpos com lesão. Para ela, “padrões culturalmente gerados e perpetuados como beleza, independência, aptidão, competência e normalidade excluem e desativam muitos corpos humanos enquanto validam e afirmam outros” (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 17, tradução nossa). Um exemplo disso foram as chamadas “Ugly Laws”, ou leis feias, instituídas em algumas cidades dos Estados Unidos do século XIX até 1974. Essas medidas restringiam pessoas com deficiência de lugares públicos, considerando ilegal qualquer pessoa que estivesse doente, “deformada” ou “mutilada” de qualquer forma, de modo a ser “um objeto desagradável”, a expor-se a exibição pública (SCHWEIK, 2009, tradução nossa). Tal exemplo, para a primeira autora, evidencia que:

Os significados atribuídos aos corpos extraordinários não residem em falhas físicas inerentes, mas nas relações sociais em que um grupo se legitima por possuir características físicas valorizadas e mantém sua ascendência e sua autoidentidade ao impor sistematicamente, sobre os outros, o lugar de inferioridade cultural ou corporal. (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 17, tradução nossa).

É possível compreender, portanto, que existem aspectos ideológicos ligados ao corpo, alimentados pela cultura de consumo, que excluem corpos distantes dos padrões estéticos e de saúde construídos ao longo das décadas. De tal modo, todos aqueles que não se enquadram nos padrões, são, em diferentes níveis e formas, oprimidos por eles. Levando essas reflexões para o campo dos estudos feministas da deficiência, nota-se que essas questões estão em conformidade com os apontamentos de Fassini et al. (1992).

A autora destaca como a cultura exclui as mulheres com deficiência, afirmando que os estereótipos transmitidos na mídia, a atitude paternalista e os apelos à caridade contribuem para uma espécie de desumanização das pessoas com deficiência e para diminuição de seu amor-próprio. Nesse sentido, “tais estereótipos têm efeitos sutis sobre as mulheres com deficiência. Acentuam sentimentos de isolamento e a impressão de anormalidade, de estranheza” (FASSINI et al, 1992, p. 19). Destaca-se, então, que é, justamente, a normatividade imposta aos corpos que provoca sentimentos de estranheza e exclusão em algumas pessoas, especialmente aquelas com deficiência. Isso porque “é na relação entre matéria e discurso que o próprio corpo ganha inteligibilidade, sendo essa regulada por ideais normativos que limitam necessariamente as experiências subjetivas” (PAIVA, 2020, p. 49). Assim, como aponta Judith Butler (2015), o corpo, enquanto matéria, e aquilo que através dele é externalizado, “performado”, não deve ser desassociado dos discursos sociais, sendo esses últimos responsáveis por atribuir àqueles significados, ou seja, inteligibilidade.

Em outras palavras, atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. (BUTLER, 2003, p. 194).

Assim, analisando superficialmente, como destaca Louro (2015), o corpo aparenta ser inequívoco e, portanto, o temos como a fonte mais segura da identidade e esperamos que ele a dite sem ambiguidade e inconstância. Isso quer dizer, que, de fato, os corpos “constituem-se na referência que ancora, por fim, a identidade” (LOURO, 2015, p. 14). Para Jeffrey Weeks (2015), é assim que o senso comum supõe que o corpo expressa uma verdade fundamental sobre a sexualidade. Por isso, corpo e sexo podem parecer duas coisas impossíveis de serem pensadas separadamente, sendo o último muitas vezes entendido apenas como detalhe anatômico. Inicialmente, como propõe Weeks, é preciso refletir sobre “qual a relação entre, de um lado, o corpo, como uma coleção de órgãos, sentimentos, necessidades, impulsos, possibilidades biológicas e, de outro, os nossos desejos, comportamentos e identidades sexuais?” (WEEKS, 2015, p. 38). Para responder a essa pergunta, o primeiro passo pode ser seguir a seguinte proposta:

Desnaturalizar o corpo de forma a evidenciar os diferentes discursos que foram e são cultivados, em diferentes espaços e tempos, é imperativo para que compreendamos o que hoje é designado como sendo um corpo desejável e saudável. Essas são referências transitórias, mas que mesmo por assim serem não perdem seu poder de excluir, inferiorizar e ocultar determinados corpos em detrimento de outros (GOELLNER, 2016, p. 35).

Os ideais ligados ao corpo são transitórios, pois, para as Ciências Sociais, “mais do que um dado natural cuja materialidade nos presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc.” (GOELLNER, 2003, p. 30). Pensar por essa perspectiva é necessário, pois, assim, percebermos que, acima de tudo, o corpo é histórico (e a sexualidade também). Em outras palavras, o corpo, como aponta Weeks (2015), se altera com a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida, e para cada particularidade ou alteração corporal há distintas possibilidades e repressões ligadas ao prazer, além de novas formas de intervenção médica e tecnológica.

Diversos teóricos acreditam que é preciso analisar corpo e sexo não como categorias cuja conexão se dá em razão da natureza, mas como processos duplamente culturais e plurais.

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros - feminino ou masculino - nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade - das formas de expressar os desejos e prazeres - também são socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2015, p. 11).

Mesclando, mais uma vez, tal discussão com a questão da deficiência, um exemplo de como esse processo ocorre está em como parte da sociedade crê que as pessoas com deficiência têm sua sexualidade e desejos limitados ou reduzidos devido à sua condição física. Isso demonstra como as possibilidades da sexualidade têm seus sentidos atrelados aos significados atribuídos aos corpos.

Investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. [...] Inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação. Treinamos os nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam (LOURO, 2015, p. 15).

Apesar desse ato constante de inscrição de valores culturais, no que se refere aos sexos, “embora o corpo biológico seja o local da sexualidade possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo [...] tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico” (WEEKS, 2015, p. 38).

Essas crenças, para Swain (2004), são convertidas em práticas normativas ao passo em que as redes de poder, cultural e socialmente estabelecidas, produzem aspectos que são tomados como “verdades” a respeito das identidades de gênero e sexuais dos indivíduos.

Sexualidade é, portanto, “a descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas” (WEEKS, 2015, p.43). É algo que se torna uma “referência fundamental no processo de produção da verdade e da subjetividade dos indivíduos na era moderna [...] não devido a alguma propriedade natural, inerente ao próprio sexo, mas em função das táticas de poder imanes a tal discurso”. (FOUCAULT, 1980, p. 68-69). Essas falas seriam construídas por micropoderes que “investem, modelam e constroem corpos sexuados, cujas práticas multifacetadas representam a expansão da atividade sexual em formas diversas, mas, ao mesmo tempo, controladas” (SWAIN, 2004, p. 187).

Reforça-se, portanto, que a sexualidade é um aparato que se desenvolve como parte de uma rede complexa de regulação social que organiza e modela os corpos e os comportamentos individuais (FOUCAULT, 1993 apud Weeks, 2015). Isso acontece, em partes, porque o sexo é um meio de acesso tanto à vida do corpo quanto à da espécie e oferece “um meio de regulação tanto dos corpos quanto do comportamento da população como um todo” (FOUCAULT, 1993, apud Weeks, 2015, p. 51).

Essas regulações também são tema de análise para Judith Butler (2015), que afirma que o sexo se materializa através de normas sociais. Para ela, ele é um “construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo”, assim, não é um simples fato ou condição de um corpo, mas o fruto de um processo complexo que culmina na inteligibilidade dos corpos na cultura.

A materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O sexo é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é. Ele é uma das normas pelas quais o alguém simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2015, p. 154).

Essa qualificação acontece, pois o sexo também é induzido a definir o status social das pessoas, à medida em que determinadas orientações sexuais e existências levam à rejeição do indivíduo como um todo dentro da sociedade. Para definir a relação entre a cultura e esses e outros indivíduos marginalizados, Butler (2015) utiliza o conceito de "abjeção", que pode ser

explicado considerando que “os corpos abjetos da sociedade são aqueles que execramos da mesma maneira que executamos nossos excessos e aquilo que em nós apodrece, levando à nossa morte” (PORCHAT, 2015, p. 6).

As ideias de Butler sobre corporalidade têm sido cada vez mais incorporadas na reflexão sobre a intersecção de gênero e deficiência (DE MELLO; NUERNBERG, 2012). De acordo com Anahi Guedes de Mello e Adriano Henrique Nuernberg (2012), embora essa autora não se refira diretamente à deficiência, é comum que estudiosas feministas da deficiência resgatem os seus conceitos, como “performatividade” e “corpos abjetos”, para se referir à condição dos PCDs.

Contextualizando essa questão, De Mello e Nuernberg (2012) avaliam que os corpos com deficiência “fazem parte do rol das corporeidades abjetas que ferem a ordem social” (DE MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 10) e devem ser considerados *queer*. Essa palavra, semanticamente, em inglês, significa estranho/esquisito, e é utilizada por alguns grupos de identidade de gênero, de forma ressignificada, com o intuito de enfatizar o valor das diversas identidades sexuais – mesmo as rejeitadas socialmente e vistas com estranheza –, assim, “na sua etimologia o vocábulo refere o projeto político *queer* de enfrentar as convenções socialmente estabelecidas” (LICÍNIO, 2014, p. 50).

A deficiência remonta à performatividade queer, posto que o corpo deficiente também se enquadra dentro de um sistema de classificação e produção de sujeitos, em que o padrão de normalidade é inventado no marco das relações de assimetria e de desigualdade. Nesse sentido, os corpos deficientes também são considerados corpos queer, fazem parte do rol das corporeidades abjetas que ferem a ordem social e demarcam a linha proibida entre o sagrado e o profano. (DE MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 10).

Essa desigualdade se manifesta na identidade sexual e, de acordo com De Mello e Nuernberg (2012), é notável que os movimentos sociais das pessoas com deficiência e de gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer* e intersexuais (LGBTQI+) têm muitas semelhanças entre si no que diz respeito às interdições da sexualidade. Isso, pois “historicamente lhes são negados o direito à sexualidade e o de constituírem família” (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 11).

Uma das causas dessa negação é o fato de que, como afirma Weeks (2015), ao passo em que a sociedade se tornou mais e mais preocupada com as vidas de seus membros, ela desenvolveu várias formas de disciplinamento dos corpos e da vida sexual dos indivíduos. Todo o processo deu lugar a:

Métodos intrincados de administração e de gerenciamento; a um florescimento de ansiedades morais, médias, higiênicas, legais; e a intervenções voltadas ao bem-estar ou ao escrutínio científico, todas planejadas para compreender o eu através da compreensão da regulação do comportamento sexual (WEEKS, 2015, p. 52).

Tal postura regula e exclui corpos e sexualidades, como os indivíduos que não se enquadram na heteronormatividade e as pessoas com deficiência, cuja sexualidade, como já visto, é invalidada ou subjugada. Weeks (2015) sugere, assim, que a sexualidade é modelada na junção de duas preocupações principais: com a nossa subjetividade e com a sociedade. Portanto, segundo ele, as duas estão intimamente conectadas porque no centro de ambas está o corpo e suas potencialidades (WEEKS, 2015).

Ao mesmo tempo, a visão social a respeito da sexualidade acompanha as mudanças do corpo. É notável que os ideais de sexo se modificam à medida em que o corpo envelhece, constringendo as possibilidades da sexualidade para as pessoas da terceira idade, por exemplo (WEEKS, 2015). O mesmo pode acontecer com alguém que desenvolve uma deficiência em sua vida adulta. Seja qual for o espaço que sua sexualidade possuía anteriormente, agora, ela irá envolver novos aspectos de moralidade e norma, apenas devido a forma como a sociedade avalia sua identidade sexual devido ao seu corpo.

Na verdade, no que se refere às pessoas com deficiência, a sexualidade caminha ao lado de paradigmas capacitistas e é subjacente a eles que estão os princípios que empurram cada pessoa para categorias estreitas de identidade e prática no campo da cidadania sexual (NOGUEIRA, 2019). Dessa forma, os processos do capacitismo:

Veem a imaginação corpórea em termos de capacidade compulsória, ou seja, certas formas de materialidade aperfeiçoada são postas como preferíveis. [Assim] uma característica principal de um ponto de vista capacitista é uma crença de que a deficiência é inerentemente negativa e que deve, se houver oportunidade, ser melhorada, curada ou mesmo eliminada. (CAMPBELL, 2008, p. 253, tradução nossa).

Essa visão, que se projeta como um padrão de perfeição e do que é típico da espécie, coloca a deficiência como um estado diminuído do ser humano (CAMPBELL, 2008). Assim, a existência da deficiência é tolerada, mas não celebrada como parte da diversidade humana. De acordo com Valota (2021), uma grande questão social é a dificuldade das pessoas lidarem com o diferente, com o que eles não estão acostumados. Isso tudo, então, se reflete na sexualidade, devido à, reiterando, o conjunto de crenças que atribui ao sexo apenas o aspecto biológico, reduzindo-o à uma “genitalização”. Apesar dessa tendência, é importante refletir sobre o verdadeiro local da sexualidade.

O sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso, nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação [...] que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica do poder entre os gêneros (feminino e masculino), fazendo coincidir certos afetos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas. (PRECIADO, 2011 apud SANTOS; SANTOS, 2019, p. 169):

A prática do sexo imposta pelos mecanismos sociais dominantes é, então, regulada muito em função do pênis e da vagina e influenciada por normas que são ligados ao tempo, cultura e sociedade, portanto, voláteis (SANTOS; SANTOS, 2019). Possuir esse entendimento permite decifrar o regime instituído de produção de verdades absolutas sobre os corpos, sexualidades e demais aspectos aqui estudados.

4.3 CONSTRUÇÃO DE SUJEITO NA INTERSECÇÃO GÊNERO E DEFICIÊNCIA

Para compreender melhor como os fenômenos até aqui expostos se relacionam com a construção do sujeito na intersecção de gênero e deficiência, é necessário, em primeiro lugar, aprofundarmo-nos na definição de "deficiência". Para tanto, é importante compreendermos como essa se conceitua enquanto um aspecto estritamente social. A deficiência é experienciada por mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo (OMS, 2012). No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), no último censo, do ano de 2010, foi constatado que cerca de 45 milhões de brasileiros possuíam algum tipo de deficiência, o que representa 23,9% do total da população.

Além disso, de acordo com o Artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015), considera-se “pessoa com deficiência” aquela que “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Essa perspectiva vai de encontro à visão predominante, que reduz a deficiência ao corpo com impedimentos, bem como o próprio indivíduo à sua deficiência, como com o uso da palavra “deficiente” (GESSER, 2012). Essa Lei demonstra, então, uma compreensão de que a deficiência é algo que se manifesta quando o indivíduo está diante de barreiras, ou seja, surge a partir dos contextos e ambientes em que ele está inserido. Assim, a deficiência é uma categoria muito mais social do que física. Dessa forma, como aponta é possível questionar o ponto de vista biomédico, que é essencializador e “faz do “Ter-se” marcas da deficiência o “Ser-se” a deficiência, negando ao sujeito a possibilidade de construção ontológica” (NOGUEIRA, 2019, p. 81).

O campo dos *disability studies* (estudos da deficiência), que propõe o Modelo Social da Deficiência, está alinhado a essas ideias. Esse conceito indaga que, embora existam expectativas parcialmente fundamentadas em aspectos fisiológicos sobre como devem ser humanos “típicos”, como ter duas pernas ou capacidade de visão, os significados atribuídos a esses aspectos e as consequências sociopolíticas de cumprir ou não com essas expectativas são determinados culturalmente e não por questões biológicas (GARLAND-THOMSON, 1997). Segundo Valota (2021), esse modelo, que começou na Inglaterra, com o sociólogo Paul Hunt, em 1976, junto com outros três sociólogos, também pessoas com deficiência, foi responsável pela criação da Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação (UPIAS), primeira organização política sobre deficiência a articular uma resistência ao modelo médico de compreensão da deficiência.

A UPIAS criou sua própria definição de lesão e deficiência. Segundo a entidade, lesão é a ‘ausência parcial ou total de um membro ou organismo ou mecanismo corporal defeituoso’. Já a deficiência é considerada ‘desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera aqueles que possuem lesões físicas e os exclui das principais atividades da vida social’. (VALOTA, 2021, p. 17).

Partindo desse pressuposto, Oliver (1983) identificou que, dentro do conjunto de expectativas e ideias pré-concebidas e estabelecidas socialmente, circulam duas principais formas de opressão contra as pessoas com deficiência: a discriminação socioeconômica e a medicalização da deficiência. Segundo ele, por conta da discriminação socioeconômica e a medicalização, a deficiência é entendida como um fenômeno no qual limitações funcionais do corpo são tratadas como elementos definidores de identidade a partir de dois argumentos principais (OLIVER, 1983 apud FRANÇA, 2013).

O primeiro argumento dizia que o fato de um corpo ser lesado não determinaria, tampouco explicaria, o fenômeno social e político da subalternidade dos deficientes. Explicar a situação de opressão sofrida pelos deficientes em termos das perdas de habilidades provocadas pela lesão era confundir lesão com deficiência, tal como sexo com gênero. Deficiência é um fenômeno sociológico e Lesão uma expressão da biologia humana isenta de sentido. O segundo argumento dizia que, por ser a deficiência um fenômeno sociológico e não determinado pela natureza, a solução não deveria se centrar na terapêutica, mas na política (DINIZ, 2003, p. 3).

Em resumo, como explica Diniz (2003), a deficiência é uma significação da lesão, dada pela sociedade e é toda forma de desvantagem que surge a partir da relação do corpo com lesões e a sociedade. Já o conceito de lesão:

(...) engloba doenças crônicas, desvios ou traumas que, na relação com o meio ambiente, podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade' (2003, p.1). Lesão, para o modelo social da deficiência, é o equivalente, nos estudos de gênero, a sexo. E assim como o papel de gênero que cabe a cada sexo é resultado da socialização, a significação da lesão como deficiência é um processo estritamente social. (DINIZ, 2003, p.2).

Separada da lesão, a deficiência, portanto, só se manifesta quando o indivíduo está diante de barreiras que existem devido às configurações da sociedade. A exemplo disso, as “escadas criam uma "deficiência" funcional para os usuários de cadeira de rodas que as rampas não” (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 17) e a surdez não é uma condição incapacitante para a comunicação, se o indivíduo estiver entre uma comunidade que predomina a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Nesse contexto de significados atribuídos socialmente, o corpo com deficiência é avaliado como não funcional e imperfeito, o que termina por impor ao sujeito uma desvantagem social, fazendo com que as “pessoas com deficiência vivenciem experiências de opressão, não por causa da lesão corporal, mas pela estrutura social que não é capaz de responder à diversidade e à variação corporal humana” (DE MELLO E NUERNBERG, 2012, p. 4).

Contra esse tipo de repressão, a batalha deve ser para que “todos os corpos fossem compreendidos como ‘normais’ pela sociedade foi o maior assunto dos debates e das lutas políticas da década de setenta para o Modelo Social” com (DINIZ, 2007 apud DINIZ et al., 2009, p. 71-72). Apesar disso, com o tempo, percebeu-se que faltavam outras perspectivas analíticas, visto que o modelo foi iniciado por homens adultos, brancos e portadores de lesão medular. A partir dessa percepção, foi elaborada a crítica feminista, que buscou quebrar não só o silêncio em torno do corpo lesado, como, também, a suposta certeza de que todas as pessoas com deficiência almejavam a independência, ou mesmo seriam capazes de experimentá-la tal como idealizado pelos primeiros teóricos.

Foram as feministas que mostraram que, para além da experiência da opressão pelo corpo deficiente, havia uma convergência de outras variáveis de desigualdade, tais como raça, gênero, orientação sexual ou idade. Ser uma mulher deficiente ou ser uma mulher cuidadora de uma criança ou de um adulto deficiente era uma experiência muito diferente daquela descrita pelos homens com lesão medular que iniciaram o modelo social da deficiência (DINIZ, 2003, p.4).

Considerando essa convergência de variáveis, vê-se que “a discriminação experimentada por homens com deficiência se multiplica no caso das mulheres” (MARGARET LLOYD (2003 APUD DE MELLO E NUENBERG, 2013, P. 36), pois há a associação de aspectos sociais que impactam, particularmente, a vivência feminina, como o machismo da sociedade patriarcal. “A intersecção da deficiência com gênero, raça, classe social, orientação sexual e velhice potencializa processos de opressão” (GESSER, 2012, p. 4).

No que diz respeito às questões de gênero, o machismo provoca tal potencialização à experiência da deficiência, pois exerce a função de estabelecer a dominação dos homens sobre as mulheres, de modo que objetiva promover uma apropriação do tempo, corpo e trabalho das mulheres de forma eficaz e lucrativa para a sociedade patriarcal (TENÓRIO, 2019). O machismo é, então, aquilo que rejeita a igualdade de condições sociais e direitos entre mulheres e homens e se reflete nos modos de agir e pensar dos indivíduos com relação às primeiras.

Em sociedades marcadas por esse modelo de pensamento, “os homens são representantes universais de ambos os gêneros e, por analogia, legítimos porta-vozes da cidadania do povo, da nação vir da pátria, do mundo e de toda a humanidade” (LAGARDE, 1996, p. 73 apud PAIVA, 2019, p. 162). Diante de tal condição, o poder masculino está na manutenção da sua autorrepresentação na sociedade, de forma hegemônica (LISBOA, 2016), que lhe promove, em um ciclo vicioso, a capacidade de conquistar o que deseja, com a consequente opressão feminina.

Existem, portanto, muitos paralelos entre os significados sociais atribuídos aos corpos femininos e aqueles atribuídos aos corpos com deficiência. Desse modo, “tanto o corpo feminino quanto o deficiente são lançados como desviantes e inferiores; ambos estão excluídos da plena participação na vida pública e econômica; ambos são definidos em oposição a uma norma que se supõe possuir superioridade física natural” (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 29). Entre as críticas tecidas por teóricos feministas do modelo social, estão as de autores como Joseph (2005-2006) e Dhungana (2006) que, conforme explica Gesser (2012), mostraram que mulheres com deficiência passam por processos de exclusão devido às representações que existem nos múltiplos contextos culturais que avaliam que elas, por terem uma lesão, não podem reproduzir, especialmente, as funções ideais de mulher e mãe. Os estudos Joseph (2005-2006), na Índia, e Dhungana (2006), no Nepal, evidenciam isso, mostrando que:

(...) Ao contrário das mulheres não deficientes, as expectativas que a sociedade tem das mulheres com impedimentos corporais muitas vezes as excluem do direito ao exercício da sexualidade, do trabalho de qualquer natureza e da maternidade. Há uma significação cultural de que as mulheres com impedimentos de natureza física são incapazes de cumprir os papéis tradicionais de dona de casa, esposa, trabalhadora e mãe (DHUNGANA, 2006; JOSEPH, 2005-2006; MCDONALD et al., 2007; apud GESSER, 2012, p. 1).

Esse fenômeno ocorre, segundo cientistas, devido a uma dupla discriminação experienciada pela mulher que é PCD, pois há uma combinação dos estereótipos e barreiras de gênero e do capacitismo, produzindo uma condição de dupla vulnerabilidade (THORNE, MCCORMICK & CARTY, 1997; FERRI & GREGG, 1998, apud GESSER, 2013; WEHMEYER; ROUSSO, 2001 apud DANTAS et al, 2014).

Assim, evidencia-se a importância de considerar a complexidade da identidade partilhada de “mulher” e reconhecer que todas têm múltiplas identidades, constituídas a partir de diferentes categorias e históricos socioculturais. Essas diferenças estão relacionadas às vivências particulares de cada uma, as quais, muitas “são extrapoladas a partir das diferenças físicas humanas”, como raça ou deficiência (GARLAND-THOMSON, 2019, p. 51). A consideração desses pontos de intersecção foi fundamental para a participação das mulheres com deficiência no debate feminista e a adequação das ideias do movimento aos estudos da deficiência.

A partir dessa união, as premissas fundamentais para a teoria crítica feminista da deficiência são: “que a representação estrutura a realidade; que as margens definem o centro; que gênero e deficiência são formas significar relações de poder; que a identidade humana é múltipla e instável; e que toda a análise e avaliação têm implicações políticas” (GARLAND-THOMSON, 2019, p. 54). Assim, para Garland-Thomson (2019), os Estudos Feministas da Deficiência (EFDs) podem ser divididos em quatro aspectos nos quais essas premissas operam, representação, o corpo, ativismo e identidade, que podem ser explicados da seguinte forma:

- a) A Representação diz respeito às narrativas que moldam o mundo material, informam as relações humanas e formam a concepção das pessoas sobre quem elas são. Assim, deficiência e gênero são, para ela, “histórias que contam sobre corpos e são as nossas maneiras sistemáticas de representar corpos” (GARLAND-THOMSON, 2019, p. 56). Desse modo, os EFDs visam desafiar essas narrativas, avaliando o gênero e a deficiência como sistemas de representações, discursos a serem investigados e retóricas a serem questionadas.
- b) O corpo é o segundo aspecto por ser foco dos estudos feministas da deficiência. Segundo Garland-Thomson, mulheres e pessoas com deficiência são intimamente associados ao corpo no pensamento ocidental, sendo submetidos a incessantes disciplinamentos. Com relação a esse aspecto, o estudo observa especialmente duas práticas/categorias que, segundo ela, regulam os corpos e possuem alta carga ideológica: a política de medicalização e a política da aparência.
- c) Já o Ativismo está dentro dessa corrente teórica por ela se encontrar na busca pela mudança, com foco na integração da educação, no sentido mais amplo do tema. O objetivo é, assim, combater as representações negativas das mulheres e pessoas com deficiência, a patologização dos seus corpos e a política da aparência.

- d) Com relação à Identidade, é apontado que a deficiência perturba a unidade da categoria “mulher” e desafia a primazia do gênero, devido, justamente, às combinações sociais e políticas que devem ser consideradas ao pensar-se na construção da identidade, ou sujeito das mulheres com deficiência. Os estudos em questão pressionam tanto os Feminismos quanto o Modelo Social da Deficiência a reconhecerem a diversidade na sua tarefa de exploração da identidade.

Considerando a maneira como os EFDs tecem críticas aos aspectos apontados, é possível analisar como eles se refletem no cotidiano das mulheres com deficiência, atingindo, especialmente, os campos da corporeidade e sexualidade, impacto que está muito relacionado, justamente, com a forma como as sugestões e representações refletem no processo de constituição de identidade e autopercepção das pessoas com deficiência, especialmente as mulheres.

Apesar dos fortes constrangimentos impostos pelos designados obstáculos ambientais, condicionando ou impedindo acesso aos espaços públicos e privados, sabemos que as barreiras se estendem para além do ambiente social e da materialidade visível, invadindo a intimidade de forma tão ou mais prejudicial (SANTOS; SANTOS, 2019, p. 143).

Para analisar como as representações impactam a intimidade das PCDs, especialmente, na relação pessoal com corpo e sexualidade, Carvalho e Silva (2021) realizaram um estudo que avaliou como as pessoas transversalizam a questão do corpo na elaboração de suas representações sobre a sexualidade das pessoas com deficiência. A investigação envolveu universitários com deficiência e sem deficiência e realizou entrevistas semiestruturadas, apresentando fotografias aos participantes para apreender suas compreensões sobre a temática proposta e representada nas imagens. Os participantes, então, utilizaram-se das fotografias para emitir as suas narrativas sobre a sexualidade e nudismo entre pessoas com deficiência. O resultado mostrou que, entre as PCDs, a sexualidade foi associada a imagem do preconceito, que vivenciam em experiências pessoais, enquanto as fotos com temática “nudismo” foram ancoradas na cobrança social referente aos padrões estéticos de corpo ou como uma forma de autoafirmação (CARVALHO; SILVA, 2021).

Outro estudo, promovido por Gesser e Nuernberg (2013), investigou a constituição do sujeito entre mulheres com deficiência, com foco no corpo e na sexualidade. Em relação ao processo de constituição da corporeidade das mulheres com deficiência, observou-se que os elementos apresentados pelas participantes se relacionam com os discursos contemporâneos acerca do corpo feminino. Além disso, segundo essa pesquisa, algumas delas relacionaram suas

significações do corpo com lesões e impedimentos à condição de incompleto, fora da norma. Destaca-se aqui a fala de Martha (nome fictício), uma senhora de 41 anos que adquiriu uma lesão medular aos 18 anos e participou da análise. Ela concebe seu corpo como dividido pela deficiência, o que gera dificuldades de olhá-lo da cintura para baixo, onde se localizam as cicatrizes decorrentes das úlceras por pressão. Ela afirma: “dessa parte assim pra baixo ... já evito me olhar um pouco, sabe? ... Porque o corpo ficou deformado, ficou marcado (pela lesão); e ... é um pouco assim, é o próprio corpo da gente que é defeituoso, tem cicatrizes” (MARTHA apud GESSER; NUERNBERG, 2013, p. 5).

Ainda segundo esses autores, “a significação do corpo como desviante, dissonante dos padrões dominantes e valorizados socialmente, mediou a relação de Marta com a feminilidade” (GESSER, NUERNBERG, 2013, p. 6). Os pesquisadores contam, ainda, que a entrevistada não desejava ter um namorado que não fosse uma pessoa com deficiência, pois julgava que uma pessoa sem deficiência poderia ter dificuldade em aceitar as suas cicatrizes, visto que ela aponta o seguinte: “o próprio corpo da gente que é defeituoso, tem cicatrizes. Eu penso que aí vai ter a cobrança, né? E, assim, a vergonha também um pouco que a gente tem” (MARTHA apud GESSER; NUERNBERG, 2013, p. 6). Para Valota (2021), soma-se a isso o fato de que pessoas não deficientes que estão se relacionando com uma mulher com deficiência ter que passar por questionamentos e curiosidades um tanto quanto inconvenientes, que convergem para um relacionamento com tabus, sigilos ou vergonhas, aspectos diretamente relacionados ao capacitismo estrutural que referendam, infelizmente, que “Ser mulher com deficiência é ter que lidar com diversos abusos e muitas das vezes não poder fazer nada” (p. 39).

As autocobranças e receios de Martha, que faz uma divisão entre aqueles que, para ela, possuem corpos perfeitos e aqueles que possuem corpos defeituosos, pode ser explicada pelo fato de que “a falta de informação especializada em sexualidade nos casos de deficiência leva ao desconhecimento e pode, conseqüentemente, desencadear medo” (SANTOS; SANTOS, 2019, p. 146). Assim, vê-se que o estigma da deficiência regula ou nega às pessoas com deficiência o desejo erótico e, conforme explicam Macuer e Mollor (2012 apud NOGUEIRA, 2019, p. 81), “nas sociedades contemporâneas - onde a sexualidade aparece tão intrinsecamente vinculada a corpos saudáveis e perfeitos - as pessoas cujos corpos são assinalados por marcas da deficiência raramente são vistas como sujeitos desejantes e desejáveis”.

Quanto ao apontado, cabe lembrar que:

(...) as pessoas com deficiência podem carregar muitos problemas psicológicos durante a vida por conta de seus conflitos íntimos com a sua condição, que variam muito de pessoa para pessoa, mas dentre as reações psicológicas mais comuns, encontram-se: raiva, tristeza, angústia, desânimo, desesperança, retraimento social, agitação, choro, culpa, irritabilidade, agressividade, desespero, entre outras. E quem lida com a deficiência desde o nascimento apresenta certas vantagens com relação à formação de sua imagem corporal, pois seus registros possuem seu correspondente emocional desde seu nascimento, diferente das pessoas com deficiência adquirida, quando o paciente sofre uma ruptura em sua imagem corporal (VALOTA, 2012, p. 18).

Além disso, em nossa sociedade, nota-se a existência de uma dupla moralidade em relação à sexualidade das pessoas com deficiência, ora infantilizando-as, tornando-as assexuadas e exaltando a sua inocência, ora significando as formas singulares de expressão de sua sexualidade como práticas descontroladas, instintivas e devassas, próximas da natureza animal, fortalecendo mitos e classificações pejorativas quanto à sexualidade (MOUKARZEL, 2003; PIBER, 2006 apud GESSER, 2010). Todos os fenômenos citados são agravados quando se trata de mulheres, pois a sociedade patriarcal sexualiza o corpo feminino, ao passo em que, também, lhe impõe limites e repressões à vida afetiva e sexual. Esses fenômenos podem atingir ainda mais àquelas que possuem algum tipo de deficiência, pois o capacitismo as define como incapazes de utilizar plenamente seus corpos, de amar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc. (PEREIRA, 2008 apud DE MELLO e NUERNBERG, 2013).

5. METODOLOGIA

O presente trabalho estuda um fenômeno, buscando interpretá-lo segundo “a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação” (GUERRA, 2014, p. 11). Seguindo esse caminho, ele pode ser considerado de natureza qualitativa, pois, uma das características principais desse tipo de estudo é a compreensão de que um fenômeno é mais bem entendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Outra consideração relevante é pensar que a pesquisa qualitativa não segue uma estrutura rígida como os estudos quantitativos, fornecendo liberdade para os investigadores proporem trabalhos que explorem novos enfoques (GODOY, 1995).

Para alcançar os objetivos traçados, utilizando-se desse tipo de estudo, o pesquisador deve percorrer um caminho baseado em, primeiramente, levantamento do conhecimento acumulado - pesquisa bibliográfica - sobre o tema a ser explorado, a fim de apropriar-se de conceitos fundamentais para a sua compreensão, seguido da coleta de dados a serem examinados (GUERRA, 2014). Para o presente estudo, ainda na fase de pré-projeto (em março de 2020), foi dado início ao processo de pesquisa bibliográfica. Essa modalidade, segundo Fonseca é

(...) feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37).

No levantamento bibliográfico, priorizou-se materiais relacionados ao tema das mulheres com deficiência, feminismo, gênero, corpo e sexualidade, para o alinhamento da pesquisadora com o objeto de estudo. Após leitura, fichamento e compreensão do referencial bibliográfico, considerando os objetivos da investigação, bem como a preocupação em estabelecer uma relação horizontal entre pesquisadora e grupo analisado, foi selecionada as metodologias feministas, para nortear a prática científica desta pesquisa, que pareceu mais adequada não só em razão desses aspectos como também pelo resultado deste TCC ser um trabalho focado nas experiências vividas por mulheres.

As metodologias feministas são importantes para analisar as relações de gêneros desiguais na sociedade e essa perspectiva, além de fornecer meios para tal, questiona as formas tradicionais de produção do conhecimento, partindo do princípio de que, “por muito tempo, as experiências das mulheres foram excluídas da pesquisa ou incluídas de forma desigual” (CHANTLER; BURNS, 2015, p. 112).

A transformação da vida social, em especial a busca de justiça social para as mulheres, é tema central da investigação feminista (HESSER, BIBER E YAISER, 2004), que parte da premissa de que a pesquisa é um projeto intrinsecamente político e que, portanto, ela necessariamente procura examinar as relações de poder na produção do conhecimento. Sendo assim [...] a pesquisa feminista deve estar incorporada a contextos críticos e emancipatórios (HUMPHRIES, 2008, p. 205 apud CHANTLER; BURNS, 2015, p. 112).

A pesquisa feminista, portanto, deve produzir conhecimento de forma mais igualitária, sem “a interferência totalitária das vozes e pensamentos masculinos” (LONGINO, 2012 apud PAIVA, 2021, p. 7) muito presentes nas pesquisas tradicionais. Além disso, o desenvolvimento do trabalho busca romper com as estruturas de poder que podem existir entre pesquisadora e pesquisadas, permitindo uma relação horizontalizada e respeitosa. Em linhas gerais, por ser uma “indagação crítica”, a pesquisa feminista tece ponderações sobre as realidades analisadas, sendo intrínseca às suas investigações a preocupação em situá-las num contexto social e político. Além disso, a partir dessas reflexões e como meio de elucidar as relações de gênero, a “voz” ou experiência desempenha papel central na metodologia feminista. Isso porque o trabalho que segue essa técnica deve ouvir as “vozes” das mulheres e analisá-las considerando o contexto social em que estão inseridas e, assim, aprofundando-se nas narrativas individuais, mas sem perder a multiplicidade de vozes (CHANTLER e BURNS, 2015).

Assim, é possível, por exemplo, além de considerar os silenciamentos das vozes femininas na sociedade, a partir da “voz” das mulheres participantes da pesquisa, provocar desdobramentos em torno das falas e/ou mudez de outras mulheres por meio da observação de suas vivências (PAIVA et al., 2021, p. 9).

Ao se dedicar às vozes das mulheres e à criticidade, as metodologias feministas automaticamente trabalham a favor da reflexividade que se torna uma das suas principais características. Esse tipo de estudo questiona a noção de que a pesquisa é objetiva e independente de valores, optando por explicar a subjetividade e posicionando a pesquisadora dentro de relacionamentos, o que permite a criação de um conhecimento que compreende as relações de poder que a própria pesquisa produz.

Por fim, ao lado dos elementos apontados até aqui, um importante aspecto das metodologias feministas é a chamada “ética de cuidado”. Enfim, essa perspectiva se apresenta, pois, os enfoques feministas “encorajam relações não hierárquicas e aspiram nas pesquisas relacionamentos baseados na valorização das contribuições dos participantes” (CHANTLER; BURNS, 2015, p. 114).

Na prática, isso significa que a pesquisa feminista deve contar com empatia, estabelecer relações de apoio com as participantes e promover um conhecimento responsável, representando os relatos das pesquisadas sem estereótipos (CHANTLER; BURNS, 2015). Além dessas implicações pertinentes ao projeto de pesquisa, segundo afirmam Chantler e Burns (2015), essa corrente metodológica não é um conjunto fechado, mas sim aberto à utilização de técnicas diversas, através de múltiplas instrumentalizações, como as entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas, grupos-alvo, diários, etnografia etc. Diante dessa pluralidade de enfoques possíveis, o presente trabalho uniu as metodologias feministas ao método de história de vida, além de utilizar, para a coleta de dados, a realização de entrevistas individuais em profundidade.

O método de história de vida tem como “um de seus instrumentos de pesquisa a subjetividade individual, oferecendo a oportunidade de dar voz aos sujeitos que [...] tinham um pequeno espaço para expor-se.” (BOLDARINE, 2010, p.16). Para esse tipo de investigação, são utilizadas diversas fontes e procedimentos de coleta de dados, como o acesso a documentos pessoais e entrevistas biográficas (BOLDARINE, 2010). Esse processo, em que o sujeito realiza um retorno a si mesmo e à sua história, não fornece apenas relatos pessoais, mas dados capazes de explicitar questões relevantes sobre suas comunidades ou grupos sociais.

O método de história de vida é uma ferramenta que possibilita aos pesquisadores e sujeitos uma relação em que a ética e a dimensão da alteridade são fundamentais. As lembranças nesse processo não são simplesmente repetir um passado, e sim trabalho, reconstrução e deslocamento (NOGUEIRA et al., 2017, p. 483).

Assim, a coleta de dados visa captar informações a fim de usá-las como parâmetro para avaliar o contexto social como um todo no que diz respeito aos aspectos estudados. Considerando a importância da captação da subjetividade, esse tipo de pesquisa firma-se em “um processo de construção de conhecimento a partir da relação específica entre dois atores: pesquisador e sujeito pesquisado” (NOGUEIRA et al., 2017, p. 468).

Evidenciou-se, portanto, a potencialidade desse método para analisar as principais autopercepções de mulheres com deficiência sobre seu corpo, gênero e desejo sexual. A captura dessas informações foi realizada por meio de entrevistas, considerando a importância da “voz” e da narrativa dessas atrizes. O emprego da entrevista, em especial a do tipo individual em profundidade, foi de grande valia para o estudo. Com ela, foi possível capturar na intensidade nas respostas das participantes, a sua experiência subjetiva, mas também coletiva de ser mulher e deficiente na sociedade brasileira (DUARTE, 2005).

Na pesquisa qualitativa, a entrevista é um método que fornece dados para compreender detalhadamente as crenças, valores, atitudes e motivações dos indivíduos em contextos sociais específicos (GASKELL, 2015). Ou seja, o emprego da entrevista qualitativa introduz “esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações” (GASKELL, 2015, p. 65).

Na entrevista em profundidade individual, especificamente, o principal objetivo é compreender como determinados fenômenos são percebidos pelo conjunto de entrevistados, no caso, o da deficiência dentro dos contextos sociais e de gênero, além disso, cessa é “uma técnica dinâmica, útil para apreensão de uma realidade, tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para a descrição de processos complexos nos quais ele está ou esteve envolvido” (DUARTE, 2005, p. 64). Esse tipo de entrevista pode ser classificado em aberta, semiaberta e fechada.

Para o presente trabalho, foi escolhido o modelo de entrevista que “tem origem em um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse da pesquisa” (DUARTE, 2005, p. 66): a semiaberta. A semiestruturarão consiste em um modelo flexível, no qual, segundo Gil (1999), o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, por exemplo, quando a entrevista se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada. Um modelo que dá espaço para a narração da história de vida das entrevistadas e favorece a descrição de fenômenos sociais, bem como a explicação e a compreensão de sua totalidade, enquanto mantém, também, a presença consciente e atuação do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987).

Conforme explica Duarte (2005, p. 66), “a entrevista é conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador”. Desse modo, ao passo em que nesse tipo de entrevista, que muito se assemelha à uma conversa informal, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas, a presença de uma certa estrutura favorece o alcance do objetivo da pesquisa. Nesse contexto, “o roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante” (MANZINI, 2004, p. 2). Seguindo esse método, o pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta, que aprofunda as questões colocadas. As entrevistas semiestruturadas promovem, assim, maior proximidade entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, favorecendo uma troca mais afetiva e o aprofundamento nas narrativas de vivências das fontes (MANZINI, 2004).

Nesta investigação, foi elaborado um roteiro de perguntas, pensado a partir das pesquisas bibliográficas sobre o corpo, gênero, sexualidade. O objetivo, em primeiro lugar, era compreender como as entrevistadas entendiam e vivenciavam questões relacionadas a essas temáticas, considerando, em segundo lugar, os aspectos mais apontados pela Ciência Social como relevantes dentro dessa intersecção de fatores sociais. Em tal processo, a elaboração de um roteiro semiestruturado foi importante ainda porque possibilitou diversas reflexões tanto por parte da pesquisadora quanto das entrevistadas e permitiu o máximo de acolhimento e conforto às entrevistadas ao serem questionadas sobre os temas do estudo, que possuem cunho sensível e íntimo.

O roteiro das entrevistas iniciou com questões relacionadas ao cotidiano das entrevistadas, perguntando-lhes sobre suas histórias com a prática do esporte, trabalho e família. Depois, foram introduzidas interrogações sobre a vivência feminina, o que entendiam como “ser mulher” e como isso tudo se refletia em seu dia a dia. Em seguida, as perguntas sobre corpo e, a partir delas, as questões de sexualidade. Por fim, quando as participantes se mostravam mais à vontade e seguras com o momento, eram feitas questões mais delicadas, sobre temas como violência física e sexual. Nesse momento, em algumas das conversas, as entrevistadas relembrou vivências de violência e foi necessário pausar as gravações para lhes oferecer água, cuidado e diálogos ainda mais intimistas.

Considerando previamente a possibilidade desse tipo de gatilho emocional, a entrevista continha, previstas para a sua finalização, perguntas sobre futuro e perspectivas de uma sociedade melhor para, assim, o diálogo, e o conseqüente retorno das participantes às suas residências, ser concluído de forma mais leve e positiva, com o objetivo de amenizar algum possível sofrimento psíquico. Além disso, a flexibilização das entrevistas em profundidade semiestruturadas permitiu avaliar, de acordo com o andamento das conversas, quais outras questões, fora do roteiro, poderiam ser feitas e quais previstas deveriam ficar de fora, atendendo o respeito às emoções e particularidades de cada uma das participantes do estudo.

Quanto à seleção das entrevistadas, dois critérios principais foram estabelecidos, visando garantir que elas representassem um grupo adequado para o estudo. Em primeiro lugar, definiu-se que o enfoque seria em um “grupo natural”, ou seja, “pessoas de um ambiente social que interagem conjuntamente e podem compartilhar de um passado e projetos de futuro em comum” (GASKELL, 2015, p. 69). Em segundo lugar, pensou-se em uma amostra qualitativa que “reflete, em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenômeno e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo” (MINAYO, 2017, p. 10).

O acesso aos potenciais entrevistados foi difícil para contemplar esses dois critérios, visto que não há na região espaços de acolhimento, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) ou órgãos públicos destinados, especificamente, às mulheres com deficiência de Petrolina - PE, região demográfica delimitada para a pesquisa. Assim, o grupo natural escolhido integra um ambiente social que foi acessível à pesquisa, portanto conveniente, mas que, por se relacionar às competições de esporte de alto rendimento, representa um importante campo onde se trava uma luta por visibilidade das pessoas com deficiência: a Associação Petrolinense de Atletismo (APA).

A APA é uma entidade que promove treinamento de esportes olímpicos e paralímpicos, de forma gratuita, para a comunidade, bem como oferece todo o suporte necessário aos atletas para a participação em competições nacionais e internacionais. Fundada em 2003, essa associação nasceu com o objetivo de organizar um grupo de corredores da cidade de Petrolina. Hoje, após 17 anos, já passaram mais de mil e quinhentos atletas e paratletas pela instituição, o que rendeu centenas de medalhas dentro e fora do Brasil. Instituída como entidade de utilidade pública municipal, a APA recebeu da Secretaria Nacional Especial do Esporte a certificação das exigências formais contidas nos artigos 18 e 18A da Lei 9.615/1998.

Atualmente, a associação conta com 150 integrantes, dos quais 45 são paratletas e, entre esses, nove são mulheres com deficiência residentes em Petrolina. Um número que, inclusive, evidencia a pouca participação feminina dentro dos espaços que promovem representatividade para as pessoas com deficiência. Segundo Valota (2021), as maiores dificuldades da pessoa com deficiência são a autoaceitação, com a discriminação social, e o controle da autoestima. Nesse sentido, o esporte muda a vida de uma mulher com deficiência, porque “(...) funciona como um instrumento facilitador de aceitação social e, por conseguinte, proporciona autoaceitação”, por gerar vontade de superação, crescimento e desafio, “(...) facilitando a inclusão, o entrosamento, o envolvimento social, familiar e consigo mesma” (p. 47).

Após a definição de que a organização seria o espaço amostral do estudo e documentário, foi necessário localizar quais seriam os contatos-chave para conseguir alcançar as participantes, bem como encontrar e listar informações sobre essas possíveis fontes. O recrutamento teve o apoio inicial do Assessor de Comunicação da APA e, em seguida, dos treinadores e professores da Associação. Para chegar à etapa do contato direto com as potenciais entrevistadas, considerou-se, ainda, o objetivo de obter visões diversificadas sobre o tema estudado (DUARTE, 2005). Assim, foram escolhidas quatro paratletas, com diferentes tipos de deficiência física, a fim de representar as distintas realidades presentes dentro do espectro analisado pelo estudo. Todas serão devidamente identificadas na descrição do percurso de produção.

No primeiro contato com as paratletas, foi realizada uma espécie de pré-entrevistas, com longas conversas sobre o tema, bem como fornecimento de informações sobre os objetivos do estudo e prazos necessários para as gravações do documentário. Reitera-se que há uma quantidade pequena de paratletas mulheres na região e que, além disso, no que diz respeito ao número ideal de entrevistas para pesquisas qualitativas, existem algumas estimativas de que a quantidade para o alcance da saturação da temática varia de dois a 60 participantes, a depender das condições das entrevistas (PATIAS, 2019). Isso acontece, segundo Gaskell (2015), pois, em todo contexto, existe um número limitado de interpretações ou versões da realidade. Ainda conforme esse autor, “embora as experiências pareçam únicas ao indivíduo, as suas representações não surgem das mentes individuais; em alguma medida são resultado de processos sociais” (GASKELL, 2015, p. 71).

Além disso, a quantidade é “condicional e está relacionada: primeiro, ao que se pretende descobrir e mostrar com as entrevistas; segundo, ao contexto dos recursos que você tem disponível; e terceiro, ao modo como os achados são incorporados na estrutura de seu estudo” (PATIAS et al., 2019, p. 6). Também, de acordo com Gaskell (2015), é possível afirmar que, como as representações de um meio social e de um tema de interesse em comum são, em parte, compartilhadas, elas sempre serão semelhantes a certa altura, o que faz com que a inclusão ou não de grandes números de entrevistas não afete a qualidade da pesquisa de natureza qualitativa. Assim, o número de entrevistas realizadas foi considerado o suficiente para captar o contexto social que se desejava compreender, promovendo a saturação da temática.

5.1 DESCRIÇÃO DO SUPORTE: DOCUMENTÁRIO

Como melhor retratar as nuances das vivências de mulheres com deficiência, suas particularidades, detalhes de seus sentimentos e a interseccionalidade de suas questões sociais? E como fazer esses retratos, sua representatividade, e possíveis ensinamentos alcancarem o maior número de mulheres possível? Estas são as principais perguntas que nortearam a escolha do suporte deste TCC.

A partir de tais questionamentos, estabeleceu-se o veredicto de que o produto a ser realizado seria uma produção audiovisual, que é também um dos métodos de investigação da pesquisa. Por trabalhar com sons e imagens, o cinema pode ser consumido tanto por pessoas que possuem limitações auditivas, quanto pelas que possuem limitações visuais, ponto muito importante, visto que se trata de um projeto sobre (e para) pessoas com deficiência. A produção audiovisual permite a inclusão de recursos de acessibilidade diversos, como janela de tradução para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), audiodescrição e legendas.

Além disso, considera-se aqui que esse tipo de produção fornece a maior gama de possibilidades para captar, da forma mais fidedigna possível, aquilo que é dito não só por vozes, mas também por gestos, olhares e silêncios. Outro aspecto relevante é a relação de maior intimidade e afinidade entre a pesquisadora e esse tipo de suporte em relação às demais possibilidades do Jornalismo. Por isso, por fim, como produto resultante desta pesquisa, optou-se pela produção de um documentário.

Apesar do intuito de representar os relatos das participantes da forma mais fidedigna possível, através do documentário, é importante destacar que, ao contrário do que muitos acreditam, essa categoria não é uma ponte entre a realidade e o espectador, mas tem, na verdade, definições bem mais complexas. Segundo Nichols (2005, p. 47), o documentário "não é uma representação da realidade, é uma representação do mundo em que vivemos" e defini-lo é uma tarefa difícil.

Os conceitos voltados ao documentário são variados, tanto nos aspectos de gênero e tipo, quanto com relação aos seus deveres, pois eles não adotam um conjunto fixo de técnicas, questões ou apresentam um conjunto de formas e estilos padrões (NICHOLS, 2005). De acordo com Manuela Penafria (2001), o documentário transporta a atenção dos espectadores aos fatos cotidianos, estabelecendo conexões entre os acontecimentos. Assim, ela aponta como principal função do gênero:

Incentivar o diálogo sobre diferentes experiências, sentidas com maior ou menor intensidade. Apresentar novos modos de ver o mundo ou de mostrar aquilo que, por qualquer dificuldade ou condicionalismos diversos, muitos não veem ou lhes escapa. (2001, p.5).

Além disso, segundo Bill Nichols (2010), o documentário e suas definições “não foram inventados por ninguém especificamente ou criados com a intenção de construir uma tradição que ainda não existia, mas sua origem, na verdade, está na paixão de cineastas e escritores pela exploração dos limites do cinema” (p. 116). Assim sendo, para compreender a origem do documentário devemos, primeiro, pensar sobre o desejo humano de retratar a vida como ela é e registrar a própria realidade.

Uma forma corrente de explicar a ascensão do documentário inclui a história do amor do cinema pela superfície das coisas, sua capacidade incomum de captar a vida como ela é; capacidade que serviu de marca para o cinema primitivo e seu imenso catálogo de pessoas, lugares e coisas recolhidas em todos os lugares do mundo (NICHOLS, 2010, p. 117).

Assim, Nichols (2010, p. 118) explica que esses sentimentos são as bases da história do documentário e que a “combinação da paixão pelo registro do real com um instrumento capaz de grande fidelidade atingiu uma pureza de expressão no ato da filmagem documental”. Essa convergência fez com que, ao longo dos anos de 1910 e 1920, centenas de obras de um estilo chamado “filmes de viagem” fossem realizadas, culminando no lançamento, em 1922, de uma

produção que se diferenciou das demais, sendo considerado revolucionária e o primeiro documentário da história: *Nanook, o Esquimó* (1922) de Robert Flaherty (DA-RIN, 2004, p. 42).

Enquanto estes [os filmes de viagem] eram centrados na figura do viajante-explorador-realizador, o filme de Flaherty articula-se em torno da vida de uma comunidade [...] Em *Nanook*, pela primeira vez, o objeto de filmagem era submetido a uma interpretação (DA-RIN, 2004, p. 46).

No filme, Flaherty filma a vida e os costumes dos esquimós de *Port Huron*, uma opção de abordagem que provocou uma espécie de documentação e etnografia. Apesar disso, com ele, é possível refletir sobre os limites do gênero documentário, devido às interferências feitas pelo cineasta naquela realidade registrada, por exemplo, quando criou a impressão de que algumas cenas se passavam dentro do iglu de *Nanook*, quando, na verdade, elas foram gravadas ao ar livre. Esse exemplo serve para refletir sobre os limites do documentário, com a noção de que, ao representar a realidade, “a prática do documentário permite que a imagem gere uma impressão adequada, não uma garantia de autenticidade total em todos os casos” (NICHOLS, 2010, p. 120). Isso, pois, nesses retratos do mundo, há a interferência de diversos fatores, como a visão e desejos do cineasta e do próprio público. Por isso, para compreender melhor como definir essa categoria, esse autor sugere abordá-la de quatro ângulos diferentes: o das instituições, dos profissionais, dos textos e o do público.

O ângulo das instituições é significativo, pois “uma estrutura institucional impõe uma maneira institucional de ver e falar, que funciona como um conjunto de limites, ou convenções, tanto para o cineasta como para o público” (NICHOLS 2005, p. 51). Assim sendo, a definição de um documentário está muito ligada à de onde ele vem ou em que canal ele é exibido (NICHOLS, 2015). Já com relação aos profissionais, ele destaca que os documentários são definidos e construídos muito em acordo com as próprias expectativas e conceitos dos cineastas que o produzem. Por essa razão, “nossa compreensão do que é um documentário muda conforme muda a ideia dos documentaristas quanto ao que fazem” (NICHOLS, 2005, p. 52).

Em terceiro lugar, a conceituação engloba o *corpus* dos textos. Isso porque há algumas convenções que entram em ação para definir a categoria de um filme. Para distinguir um documentário, por exemplo, segundo Nichols (2005), além da predominância de uma lógica informativa e da organização para solução de problemas sociais, é possível notar nesse tipo de produção:

O uso do comentário com voz de Deus, as entrevistas, a gravação de som direto, os cortes para introduzir imagens que ilustrem ou compliquem a situação mostrada numa cena e o uso de atores sociais, ou de pessoas em suas atividades e papéis cotidianos, com personagens principais do filme (NICHOLS, 2005, p. 64).

Enfim, a última forma de considerar um documentário é em relação ao público, pois “a sensação de que um filme é um documentário está tanto na mente do espectador quanto no contexto ou na estrutura do filme” (NICHOLS, 2005, p. 64). Assim sendo, não só as ambições dos cineastas e das instituições categorizam um filme ou série como tal, mas também as de quem busca assisti-lo, o que, normalmente, envolve o desejo por um recorte do mundo. “Os públicos vão ao encontro dos documentários com a expectativa de que o desejo de saber mais sobre o mundo será satisfeito durante o correr da fita” (NICHOLS, 2005, p. 69-70).

Sendo, então, os documentários representações de questões, aspectos e problemas presentes no mundo histórico, cabe promover questionamentos sobre quais as particularidades de tal representação dentro desse tipo de produção. Para Nichols (2005), pode-se dizer que tais produções falam desse mundo por meio de sons e imagens, mas, também, de discursos e argumentos, o que, segundo ele, suscita a questão da *voz do documentário*. Esse aspecto representa “a maneira especial de expressar um argumento ou uma perspectiva” (NICHOLS, 2005, p. 73), ou seja, a formulação, tom de voz, que o cineasta escolhe para representar o Outro e aquilo que visa defender com sua produção.

Assim, o autor explica que “a *voz do documentário* pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como transmitir um ponto de vista. Os documentários procuram nos persuadir ou convencer, pela força de seu argumento, ou ponto de vista, e pelo atrativo, ou poder, de sua voz” (NICHOLS, 2005, p. 73). Para isso, são feitas escolhas, a partir das quais o cineasta forma espécies de alianças, relações, que, normalmente, envolvem a si, os temas ou atores sociais e o público ou espectadores. Como forma de compreender como essa aliança se dá na produção de um documentário, “um modo conveniente de pensar essa interação tripolar consiste na formulação verbal dessa relação” (NICHOLS, 2005, p. 40). Desse modo, ele explica que a forma mais comum de estruturar a voz de um documentário é a partir da interação *Eu falo deles para você*. Essa sentença simboliza uma estrutura argumentativa em que o “Eu”, que representa o documentarista, assume uma persona individual ou um substituto (NICHOLS, 2005), como um narrador com “voz de Deus”.

Além disso, nessa fórmula, o cineasta “Fala de”, ou seja, representa algo ou outras pessoas, “Eles”, pronome na terceira pessoa que implica uma separação entre aquele que fala e aquele de quem se fala, deixando claro que “o eu que fala não é idêntico àquele de quem ele fala” (NICHOLS, 2005, p. 42). Enfim, temos no argumento o “Você” que também sugere uma separação: uma pessoa fala e a outra escuta. Assim, o cineasta fala e o público vê. Nessa configuração clássica, o cineasta, portanto, fala dos Outros, personagens do documentário, sem estabelecer conexões com eles ou com o público que irá consumi-lo. Assim, as personagens, muitas vezes, parecem estar diante dos espectadores como se fossem meras ilustrações de uma situação ou acontecimento que ocorreu no mundo. Esse tipo de estrutura argumentativa pode, assim, reduzir a complexidade da existência das pessoas que são tema do filme, embora seja muito convincente (NICHOLS, 2005).

A produção do documentário que é vinculado a esta pesquisa preocupa-se com esse relacionamento, almejando ser, não apenas uma narrativa em que *Eu falo deles para você*, mas uma ponte para que *Eles falem Deles para Nós*. Essa não é uma tarefa fácil, mas é totalmente possível. De acordo com Rodrigo Gomes Guimarães (2019), é difícil escapar da reprodução de relações desiguais, quando o cineasta entra em posição de retratar os Outros-sujeitos, mas ele pode trabalhar para tornar-se um “Aliado” deles, devendo amplificar, em primeiro lugar, seu Outro sujeito filmado, mas sem esquecer de Outros sujeitos, que não falam no filme, mas que podem se identificar com o Outro sujeito filmado do filme. Isso é importante, pois, conforme narra Grierson (apud GUIMARÃES, 2019, p. 41), “fazer documentários não seria apenas fazer arte, seria também a possibilidade de impulsionar melhorias no mundo vivido”.

Para tanto, Guimarães (2019) aponta que é necessário compreender que a “voz do documentário” não está, simplesmente, nas mãos do cineasta, mas parte do mundo compartilhado e a ele volta. “Se um filme documentário tem voz, essa é sempre contingente ao mundo que a produz, reproduz ou silencia. Essa voz sai primeiro do mundo, é transformada pela produção do filme, para retornar ao mundo e ser transformada novamente pelos receptores ativos” (GUIMARÃES, 2019, p. 124). Essa transformação de produções culturais é política, pois, “envolve relações de poder que influem necessariamente nas produções e recepções possíveis” (GUIMARÃES, 2019, p. 124).

Por essa razão, segundo ele, para se tornar um "Aliado", o documentarista deve fazer a sua representação sobre o Outro "com o Outro tendo um relativo domínio sobre os discursos que estão sendo enfrentados, bem como aqueles que estão sendo reproduzidos como forma de resistência, mesmo que parcial, mesmo inerentemente não-total e falha" (GUIMARÃES, 2019, p. 158). A tentativa de representar a voz do Outro na voz do documentário como base primordial da produção pode ser falha, visto que há no filme demasiadas expectativas vindas de diferentes lugares, como instituição e o próprio cineasta, mas posto que todo filme é político, buscar ampliá-la deve ser sempre um princípio ético. Para isso, deve haver uma parceria entre cineasta e personagens, pois "o único que confirma se sua fala é ampliada ou diminuída num filme é o Outro sujeito filmado propriamente." (GUIMARÃES, 2019, p. 161).

A partir da preocupação com essa relação, a presente produção buscou profundidade nas respostas de suas entrevistadas e ouviu as suas colocações com atenção, buscando não apenas ocupar um lugar de direção, mas mostrar o contexto da produção como um lugar de escuta. Todas as entrevistadas, por exemplo, foram avisadas com detalhes sobre como funcionaria a produção, bem como foram convidadas a assistir ao documentário antes dele ser publicado ou apresentado em festivais, para que quaisquer opiniões sobre o resultado da edição fossem acatadas. Em algumas entrevistas, quando foi necessário, houve pausa na gravação, para que as mulheres entrevistadas, ao relembrar determinadas histórias, fossem acolhidas com abraços, conversas, pausas para água e café, até que se sentissem bem para retomar a gravação.

Foi pertinente a produção de tal gênero audiovisual como suporte, pois esta pesquisa visou dialogar sobre diversidade e experiências de vida, com o objetivo de promover conhecimentos sobre uma realidade pouco destacada pelos meios de comunicação e dialogada socialmente. A produção conta com a busca pela melhor relação com o Outro, princípio que se alinha com os procedimentos éticos necessários às metodologias feministas e de História de Vida.

Para alcançar esse objetivo, foi escolhido realizar um documentário seguindo o modelo de representação que "dirige-se ao espectador diretamente, com legendas ou vozes que propõem uma perspectiva, expõem um argumento ou recontam a história" (NICHOLS, 2010, p.142). Esse modo, dentro da classificação de Nichols (2010), é chamado de "expositivo". Ainda segundo esse autor, existem outros cinco tipos de representação que funcionam como subgêneros do documentário propriamente dito: poético, participativo, observativo, reflexivo e performático (NICHOLS, 2010).

O modo expositivo é ideal para transmitir informações ou mobilizar apoio dentro de uma estrutura preexistente ao filme. A escolha por esse modelo se justifica na ética e na política que estão envolvidas na tentativa de produzir um mundo com melhores relações para um grupo marginalizado, tendo o filme como um meio para tal. Segundo Penafria (1999, p.59 apud ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p. 2), o interesse que esse tipo de filme suscita “assenta na relação que se estabelece entre a voz off e a imagem, relação essa que se assume como altamente eficaz em termos de persuasão”. Diante dessas características, através do compartilhamento de vivências e informações relevantes, o modelo é o melhor formato para discutir sobre a temática.

5.2. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PRÁTICOS

5.2.1 Pré-produção

A pré-produção desta pesquisa, na verdade, teve início no ano de 2019, a partir da disciplina Teoria e Método da Pesquisa. Neste momento, foi iniciada a primeira etapa da investigação, com busca de documentos, livros e artigos sobre o tema, possíveis associações de pessoas com deficiência, contato com o Conselho Municipal de Deficiência de Juazeiro, Bahia, cidade a qual planejava-se, inicialmente, realizar o estudo. Também foi iniciada a busca por referências para o documentário.

Com a pandemia, o projeto teve uma pausa, pois, somente em 2021, houve o retorno às aulas relacionadas à produção do TCC, com possibilidade de elaboração do pré-projeto, na disciplina de Seminários Avançados. Nesse meio tempo, porém, foi possível avançar com o roteiro, elaborando em 2020, por exemplo, o primeiro argumento e escaleta para a produção que, mais tarde, sofreriam grandes alterações, bem como introdução de sinopse e *logline*.

Como não foram encontradas associações e ONGs para pessoas com deficiência em Juazeiro, priorizou-se a análise do impacto da APA enquanto espaço de convivência para PCDs e o foco geográfico passou a ser a cidade de Petrolina (PE). Além disso, com o retorno das atividades presenciais, oferta da disciplina de TCC, conversas com a professora orientadora e definição do grupo de mulheres que seria investigado, muitas modificações terminaram sendo feitas no projeto de pesquisa e no roteiro do documentário para melhor atendimento aos objetivos e problema de pesquisa, bem como teve que ser traçada a melhor estratégia

metodológica diante das possibilidades existentes. Ainda na etapa de pré-produção, foram assistidas séries documentais e documentários para a construção de inspirações para identidade e as referências escolhidas para o produto foram produções, como os documentários *Mulheres Negras: Projeto de Mundo* (2016); *Nós, carolinas - vozes das mulheres da periferia* (2018); e *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência* (2010).

5.2.2 Produção

Já no ano de 2022, foi necessário, para início da produção, um longo processo de buscas por um grupo natural de mulheres com deficiência, devido a pouca representatividade dessas pessoas na região. Após a escolha da APA, como local de foco do trabalho, o projeto se deparou ainda com alguns outros percalços, por diversas vezes, as personagens adiaram as entrevistas, enquanto outras chegaram a cancelar. Essas possíveis “eventualidades” foram interpretadas por uma resistência a temática da sexualidade e/ou ao formato de vídeo, meio midiático onde a imagem dos indivíduos se torna mais evidente.

Como já mencionado, a APA, em Petrolina, possui um total de nove mulheres com deficiência, associadas. Entre elas, três são adolescentes, não podendo ser contatadas, devido ao interesse em investigar questões relacionadas a sexualidade dessas mulheres. Entre as demais, três atletas dessa associação participaram do documentário. A primeira - Thaís Teixeira – que é estudante de psicologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco, adquiriu uma deficiência ao nascer, quando sua clavícula precisou ser quebrada, durante o seu parto, danificando um nervo de seu braço, o que a fez desenvolver uma limitação nos movimentos desse membro. Por muito tempo, ela tentou esconder sua deficiência, mas hoje a aceita como é, questionando a forma como a sociedade tenta resumir as mulheres. Em seu processo de autoaceitação, iniciou, recentemente, um relacionamento amoroso com uma outra mulher, pela primeira vez, e enfrenta com sua sexualidade questões relacionadas à luta contra a lesbofobia.

A lesbofobia é uma forma de violação de direitos, uma nomenclatura utilizada para se referir exclusivamente às violências que mulheres lésbicas sofrem. Segundo Gomes e Fehlberg (2014), esse termo se configura como uma tentativa de visibilizar questões específicas das mulheres homossexuais, garantindo que elas possuam voz frente a sociedade patriarcal, sem precisar aprisionar sua subjetividade e orientação sexual e proporcionando equidade de direitos em relação a pessoas heterossexuais.

Já a segunda participante, Erineide Oliveira, é atleta e vendedora em uma loja do centro de Petrolina. “Neide”, como normalmente é chamada, possui uma deficiência em um de seus pés. Tímida, com fala e mãos trêmulas, ela relata ter uma família conturbada, tendo sido vítima de violência física muitas vezes na infância e adolescência, no entanto, não quis entrar em detalhes sobre essas vivências em frente às câmeras, como fez na pré-entrevista, com o objetivo de, segundo ela, não expor a pessoa responsável. Ela conta que é apaixonada por música e usa o canto para contornar a timidez e os traumas causados pela violência e pelo preconceito.

Por fim, foi entrevistada Nanilza dos Santos Silva, conhecida como Nanny, que é atleta, palestrante, *coach* e influenciadora digital. Ela afirma buscar servir de inspiração para muitas pessoas, como uma história de superação, baseada na sua vontade de “vencer”. Ela teve os dois braços amputados, quando tinha dez anos, após sofrer um grave acidente com afiação elétrica. Hoje, Nanny está grávida e tem lidado com os desafios da maternidade, lutando para provar que, mesmo sem possuir os braços, pode fazer de tudo, como acumular medalhas de ouro e ser uma ótima mãe.

Valota (2021) enfatiza que a maternidade é um momento cheio de desafios para qualquer mulher, especialmente, para uma mulher com deficiência que “(...) habita um corpo que destoa dos padrões estéticos vigentes e enfrenta a descrença da sociedade de que possa corresponder às expectativas de gênero, como assumir os papéis de cuidadora, esposa e mãe” (p. 57). Ainda segundo essa autora, esse processo de desumanização e inferiorização da mulher com deficiência em relação à maternidade, reflete o quanto a marca da deficiência se sobrepõe à pessoa humana.

Entre as atletas da APA ainda há uma mulher com deficiência intelectual, contatada junto à sua mãe para a participação, que teve sua presença cancelada, após quatro tentativas de encontro, devido à morte de um familiar; e outra possível personagem que está em São Paulo (SP), mas também teve a sua participação invalidada, após duas tentativas de gravação, com a justificativa de conflitos de agenda. A quarta participante, então, foi a petrolinense Fernanda Yara da Silva, uma das primeiras integrantes da história da APA, que também vive hoje em São Paulo (SP), mas possui, atualmente, um vínculo indireto com essa instituição, pois, no momento, treina junto ao Comitê Olímpico Nacional, realizando treinamentos para as Olimpíadas, longe de sua filha e seu marido, que estão em Petrolina. Por ela estar em outra cidade, a entrevista precisou ser online, via Skype.

A presença de Fernanda é importante entre as atletas entrevistadas por ser a única mulher negra a fazer parte do documentário. Seu depoimento traz um pouco da intersecção entre gênero, raça e deficiência. Ela se casou aos 19 anos, como uma forma de, segundo ela, sair da sua realidade e encontrou no esporte também uma forma de melhorar a sua vida e garantir qualidade de vida para a sua filha. Só teve relacionamento com um homem em toda a sua vida e teve pouco acesso à informação sobre temas como corpo e sexualidade durante seu desenvolvimento enquanto mulher, realidade que é diferente hoje.

As gravações do documentário aconteceram nos dias 26 de maio, 13 de junho, 20 de junho e 1º de julho. As realizações precisaram ser em datas espaçadas, devido aos problemas já apresentados. Logo após as gravações com Thaís, feitas dentro do prazo previsto, por exemplo, houve cinco tentativas de gravação com Nanilza: o dia 3 de junho, quando ela não pôde, sendo remarcado para dia 9 de junho, depois para dia 10 de junho, depois para o dia 17 de junho e, enfim, para o dia 20 de junho, quando foi, de fato, possível, realizar a filmagem.

Outro importante ponto a ser destacado nesse processo foi a escolha dos locais de gravação. Cada espaço foi idealizado em acordo com os traços de personalidade e gostos das participantes, apresentados nas pré-entrevistas. O amor pela estética romântica e a cor rosa, bem como a luta para afirmar sua feminilidade diante dos preconceitos impostos às mulheres bissexuais, apontados pela primeira entrevistada, Thaís, levou à escolha da doceria, de paredes rosadas, Bolerie, em Petrolina para as gravações. Já a paixão pela música, abandonada devido às necessidades do trabalho e cotidiano, da segunda mulher com deficiência, Neide, levou à escolha do estúdio musical “Casinha Azul”, que possui paredes com um forte tom azulado, dando um discreto destaque a um violão ao fundo. Enquanto isso, para a entrevista com Nanilza, o objetivo inicial era gravar em um local que remetesse à maternidade ou a prática de pilates, esporte que ela demonstra um carinho especial. A ideia era realizar a gravação em um local fechado, controlado. No entanto, houve muitos conflitos no que se refere a disponibilidade de espaços atrelada à agenda dessa entrevistada. Assim, foi preferível destacar sua afinidade com a natureza e o ar livre prevaleceu, levando à escolha de um espaço entre árvores para a gravação.

Durante as gravações, o trabalho recebeu o apoio de Anna França, contratada como cinegrafista, por possui experiência na área de filmagem e, principalmente, fotografia, a arte que brinca com a luz para produzir sentimentos. Sua participação se deu como uma maneira de potencializar a captação da sensibilidade de cada entrevistada, presente em gestos, detalhes e, até, no próprio ambiente.

Tal demarcação é importante, especialmente, por se tratar de uma temática intimista e silenciada, que necessita captar, por meio da imagem, aquilo que os corpos dizem, quando as palavras não conseguem. Além disso, a presença dela permitiu à documentarista uma maior concentração nas conversas com as entrevistadas, sendo dispensado o trabalho de manuseio da câmera durante as entrevistas. Vale destacar, ainda, que a escolha de uma cinegrafista mulher foi proposital, como forma de deixar as entrevistadas mais à vontade e promover o sentimento de sororidade, transparecendo o acolhimento e união, diminuindo as possíveis hierarquias entre produção e entrevistadas.

Foram utilizadas duas câmeras, uma Canon T5i com lente 50mm e uma Canon T5, com lente 105-250, ambas com capacidade para gravação em alta definição, fazendo um jogo de ângulos e planos. Apesar disso, à princípio, o objetivo era a utilização da T5i para planos fechados e uma Sony NX-Cam para planos abertos. No entanto, na primeira entrevista, a câmera Nx-Cam, fornecida pela UNEB, apresentou problemas horas antes da gravação, corrompendo os arquivos que captava. Nessas horas que antecederam a entrevista, a máquina foi, então, levada de volta à universidade, onde foi constatada a existência de um problema no aparelho e houve a troca por uma segunda câmera, do mesmo modelo, que foi usada para as gravações, porém, essa segunda máquina apresentou problemas na captação de áudio, o que prejudicou, em certo modo, a qualidade da entrevista com Thaís Teixeira.

O áudio utilizado para esta entrevista foi o captado pelo gravador, que foi usado, além do microfone de lapela, em todas as entrevistas, como forma de prevenção. Por se tratar de um tema denso, no qual, inclusive, a entrevistada apresentou relatos de abuso sexual, não mencionados na pré-entrevista, e passado por momentos de nervosismo e choro ao relembrar tal situação, considerou-se que gravar novamente não seria justo com a participante, por isso, foi utilizado a imagem mesmo com o problema do áudio, que foi tratado ao máximo através do software Adobe Audition.

Devido a essas questões, optou-se, então, por uma mudança de estilo e de equipamento, seguindo as gravações seguintes sem intercorrências com as câmeras. Nas gravações, os principais planos utilizados para o enquadramento foram meio primeiro plano e primeiro plano. Na distância do meio primeiro plano, as relações começam a se estreitar, promovendo uma sensação de intimidade entre espectador e falante, enquanto o close no rosto destaca a parte do corpo que mais expressa sentimentos. Essas escolhas visam destacar sensibilidade e intimidade, como uma espécie de caminho para que a produção provoque sentimentos de acolhimento.

Além disso, para a condução da narrativa visual, utilizou-se também de muitos planos detalhes, para evidenciar algum objeto do ambiente ou parte do corpo da personagem que seriam marcantes para o desenrolar das cenas e/ou para produção de “respiro”.

5.2.3 Finalização

Em junho de 2022, foi dado início ao processo de cortes, transcrição das entrevistas, escolha de trilha sonora, edição de imagens, separação de insertes, tratamento de áudio, definição do nome do documentário, entre outras atividades desempenhadas. O primeiro passo nessa etapa foi a transcrição e produção do roteiro, concomitantes às reflexões sobre o título e buscas pela trilha sonora perfeita.

O título escolhido foi “Casa Alada”, nome que remete a dois elementos centrais na narrativa. O primeiro, “casa”, está ligado a maneira como as entrevistadas relatam entenderem seus corpos. Metade das participantes afirmou que, para elas, os seus corpos são suas casas, locais de habitação e acolhimento, os quais devem cuidar e amar, independente das imposições da sociedade. Já a palavra “alada” possui um efeito de duplo sentido. Por se tratar de um documentário com mulheres atletas, corredoras, e que se descrevem como “fortes”, escolheu-se como símbolo a deusa grega Nike, ser alado, considerada a “deusa do esporte”, força, velocidade e vitória. Assim, as asas a representam, ao passo em que simbolizam a liberdade, a necessidade de ir além, de alçar voos mais altos, apontada pelas mulheres da APA. A “Casa Alada”, então, simboliza corpos que acolhem, que enfrentam a sociedade, e que possuem leveza, apesar dos percalços, para sonhar e voar.

Em alinhamento com esse conceito, localizou-se a canção “Lugar” (2021), da cantora petrolinense Mirielle Cajuhy, usada como trilha condutora do documentário. Essa música, além de ser de uma artista da mesma região que as participantes e possuir elementos regionais em sua melodia, tem na letra muitas referências que se casam perfeitamente com a voz do documentário. A música inicia narrando: “Já não dá pra descrever, o ímpeto que eu tenho de voar” e diz em seu refrão “Tome tento, menina. Cada parte do teu corpo é um cômodo do teu lar”. Na edição, buscou-se casar esses trechos com momentos importantes da narrativa audiovisual, a fim de fortalecer a mensagem que se desejava passar.

Os primeiros segundos de *Casa Alada* trazem trechos dos relatos capturados nos momentos em que as participantes falam sobre questões marcantes que resumem as principais temáticas abordadas pelo filme como um todo. Possibilidades, direitos negados, o que é ser mulher e ser PCD fazem parte dos relatos que estão na abertura. A última fala dessa sequência é a de Neide, que aponta que o seu corpo é, para ela, a sua casa. Essa frase resume do que se trata tudo e se liga ao título do documentário, que surge logo em seguida.

Desde a abertura, a inserção das imagens acompanha o ritmo da música, escolhida, passando, ainda, pela preocupação em não criar um documentário com tom demasiadamente melancólico, com o objetivo de não cair em esquemas capacitistas que apresentam a deficiência como uma tragédia, mas, ao mesmo tempo, respeitar a densidade e seriedade da temática, além de, principalmente, os sentimentos apresentados pelas entrevistadas. Essa é uma linha muito tênue que fez com que a busca pela trilha sonora exigisse uma intensa pesquisa, mas pela qual as canções escolhidas puderam trafegar com segurança. Assim, entrou na trilha ainda a música “Duas luas” (2022), de Hugo Lins.

Finalizadas essas etapas, iniciou-se o processo de produção das artes gráficas. Para tal, participou da pós-produção a designer Sabrinna Queiroz, que produziu artes que informam dados e aparecem na tela em momentos específicos da narrativa. A escolha pela utilização dessa estratégia se deu como forma de embasar o documentário, apresentando um pouco da pesquisa aprofundada sobre o tema que foi realizada, bem como de fornecer “respiros” visuais aos espectadores.

Após a fase encabeçada por Sabrinna, foi necessário concluir a gravação da audiodescrição das imagens para encaminhar todo o material ao editor de que faria as animações das artes, transformando-as em vídeos. Destaque-se, aqui, que ele seria o único homem envolvido em todo o processo de pré-produção, produção e pós-produção. A presença majoritária de mulheres, como já destacado, foi proposital em todo o processo. No entanto, o editor não encaminhou os arquivos, optando-se, devido ao prazo, pelo uso das imagens estáticas. Além disso, todo o período envolvendo a edição do produto passou por percalços, devido às dificuldades com computadores, apresentando bugs nos programas Adobe Premiere.

No que diz respeito aos recursos de acessibilidade, além de áudio descrição foi feito um contrato com a tradutora de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Tailane Oliveira. A busca por uma tradutora do mesmo gênero das participantes, somada aos altos preços cobrados por traduções devido à tabela nacional, tornou a localização do tradutor de LIBRAS uma tarefa árdua e demorada. Ao encontrar a pessoa ideal, ainda foi necessário concluir as edições para encaminhar a ela os arquivos e a transcrição para que fosse realizada a tradução.

As ocorrências citadas acabaram fazendo com que não fosse possível a conclusão da etapa da tradução antes da entrega do Trabalho de Conclusão de Curso. No entanto, a tradutora segue realizando o trabalho para que, ao ser divulgada ao público geral, a obra possua o máximo de acessibilidade, contemplando todas as mulheres, especialmente o principal público-alvo: mulheres com deficiência, a fim de fazê-las sentirem-se representadas por outras mulheres ao assistirem, ouvirem etc., a produção.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que as mulheres com deficiência enfrentam lutas constantes para ocupar seu espaço social, além de reconhecimento no trabalho e vida afetiva. O estudo identificou também que, em sua construção como indivíduos, as entrevistadas terminam por apropriar-se das expectativas impostas pela sociedade que apontam desejos por se casar, ter filhos e manter o corpo dentro dos padrões de beleza como típicos do comportamento feminino. Porém, por estarem marcadas pela simbologia do "desvio", alcançar tais expectativas se torna difícil, o que acaba causando, de algum modo, sofrimentos.

Apesar disso, todas as entrevistadas mostraram que, ao longo de suas vivências - especialmente após encontrarem uma maior representatividade quando entraram no esporte paralímpico - as suas construções foram se remodelando, assim como as suas perspectivas com relação aos seus papéis na sociedade. Nesse processo, elas demonstram terem aprendido a aceitar e amar os seus corpos, realizando, de maneira constante, em seu dia a dia, atos de resistência perante o capacitismo, confrontando-o em busca de seus direitos por representatividade, amor e sexualidade.

Percebe-se, diante disso, que, para muitas mulheres com deficiência, o ato de assumir fragilidades não parece viável. Foi notável durante as entrevistas que, caso destacassem problemáticas relacionadas à vivência diante do preconceito, as participantes sempre buscavam frisar como contornavam a situação apontada. Essas posturas demonstram um desejo de mostrar-se potente, perante uma sociedade que lhes aponta de maneira constante como incapazes.

Observar isso é importante para visualizar como a luta por direitos das mulheres precisa ser travada, considerando as individualidades de cada uma delas e como as relações de gênero ainda precisam ser (re)pensadas dentro da diversidade de experiências femininas. Para questionar o patriarcado, o primeiro processo costuma ser criticar a forma como ele prejudica o cotidiano das mulheres, mas, para mulheres com deficiência, assumir que são prejudicadas por algo ou alguém pode significar aceitar um local de incapacidade imposto. Por isso, as medidas para as suas lutas devem considerar os caminhos necessários diante da intersecção dos fatores de gênero e deficiência.

Apesar disso, foi notável que o padrão de corpo, as atribuições de gênero e o padrão de sexualidade operam como violências normativas que oprimem material e simbolicamente as mulheres com deficiência. Isso se dá através da representação como assexuadas, a negação dos direitos de decisão em todos os âmbitos da existência, a discriminação do corpo e a limitação do direito de ir e vir, além do consequente isolamento social, promovido por muitas famílias de pessoas com deficiência e a sociedade como um todo.

Para finalizar, a partir das dificuldades encontradas ao longo do percurso desta pesquisa, é possível reafirmar ainda o quanto a falta de representatividade é intensa no que se refere às pessoas com deficiência de Petrolina. Apesar disso, as entrevistadas demonstram travarem suas lutas contra os preconceitos e em busca de seus espaços, desmistificando conceitos relacionados à deficiência. Cabe ainda destacar que aparece muito mais em produções midiáticas pesquisas sobre deficiência como objetos de intervenções ou para demonstração de desvios. Avaliar a subjetividade dessas mulheres e permitir que elas narrem suas próprias histórias foi importante para promover reflexão sobre os avanços necessários para uma sociedade, de fato, inclusiva e para o reconhecimento legítimo desse grupo social.

7. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI); Fundação Banco do Brasil. **Mídia e deficiência**. Brasília, 2003. **Mídia e Deficiência**. Disponível em: <<https://andi.org.br/publicacoes/midia-e-deficiencia/>> Acesso em: 01 de dez. de 2021.

ANDRADE, Angela; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. **Mídia e subjetividade: impacto no comportamento alimentar feminino**. Revista de Nutrição, v. 16, p. 117-125, 2003.

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (Org.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professores em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet, v. 2, p. 2, 1967.

BOLDARINE, Rosaria de Fátima. **Representações, narrativas e práticas de leitura: um estudo com professores de uma escola pública**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; Trad. Renato Aguiar, v. 8, 2003.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. O corpo educado: pedagogias da sexualidade, 2015.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria; JODELET, Denise. **Normas, representações sociais e práticas corporais**. Revista Interamericana de Psicología, 2010.

CAMPBELL, Fiona. **Contours of ableism: The production of disability and abledness**. Springer, 2009.

CARVALHO, Alana Nagai Lins de e SILVA, Joilson Pereira da. **Sexualidade das Pessoas com Deficiência Física: uma Análise à Luz da Teoria das Representações Sociais**. Revista Brasileira de Educação Especial, 2021.

CHANTLER Khatidja; BURNS, Diane. **Metodologias Feministas**. In.: BRIDGET, Somek; LEWIN, Cathy (Org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

COLLING, Leandro. **Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados**. Revista Famecos, v. 9, n. 17, p. 88-101, 2002.

DA-RIN, Silvio. **Espelho partido: tradição e transformação do documentário**. Azougue, 2004

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, p. 555-568, 2014.

DEARING, James W.; ROGERS, Everett M.; ROGERS, Everett. **Agenda-setting**. Sage, 1996.

DE MELLO, Anahi Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas**. Revista Estudos Feministas. 2012.

_____. **Corpo, gênero e sexualidade na experiência da deficiência: algumas notas de campo**. 2013.

DINIZ, Debora. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. Série Anis, Brasília, LetrasLivres, 1-8, julho, 2003.

_____. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007, 89p. (Coleção Primeiros Passos).

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; DOS SANTOS, Wederson Rufino. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça**. In: Revista internacional dos direitos humanos. 2009, p. 65-77.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62-83, 2005.

EL FARO, Omar; CARRASCOZA, João Luís Anzanello. **O anúncio pautado pela imprensa: um estudo da relação entre a hipótese do agenda-setting e a criação de anúncios de oportunidade**. 2015.

FASSINI, Sonia Regina; DADALTI, Solange; PEREIRA Carmen. **Reflexão sobre a condição da mulher portadora de deficiência**. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – RJ. Rio de Janeiro, 1992.

FERREIRA, Edna de Brito; LIRA, Kalline Flávia S.; DIODATO, José Roniero. **Os direitos sexuais das mulheres com deficiência: expectativas e percepções**. Seminário Internacional

Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista**. Editorial Labor do Brasil, 1976.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FRANÇA, Tiago Henrique. **Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social**. Lutas Sociais, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.

FREIRE, Wendel. **Metodologias em representações sociais aplicadas ao estudo de programas de jornal na educação**. Conhecimento & Diversidade, v. 2, n. 3, p. 51-64, 2012.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GESSER, Marivete et al. **Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física**. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação, v. 2, p. 28-40, 2003.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de empresas, v. 35, p. 20-29, 1995.

GOMES, E. R. A.; FEHLBERG, J. **Lesbofobia: a construção de um novo conceito**. **Psicologia em Foco**, Aracaju, v. 4, n 1, jul./dez. 2014. Disponível em: . Acesso em 7 set. 2017

GUERRA, Eliane Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Ânima, 2014.

GUIMARÃES, Rodrigo Gomes. **A voz do Outro na voz do documentário. Tese de Doutorado.** Universidade de São Paulo, 2019.

JUSTO, Ana Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. **Corpo e cognições sociais.** Lima, 2013.

LICÍNIO, José Vaughan Jennings Holanda. **Uma crítica queer ao tratamento jurídico do casamento igualitário e da mudança de sexo no Brasil.** Rio de Juazeiro, 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. **Democracia de gênero: é possível um pacto entre as mulheres?.** Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC). 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Autêntica, 2015.

MAIA, Helenice. **Abordagens e metodologia no estudo sobre representações sociais e subjetividade.** Curitiba: Educere, 2013.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e deficiências.** Unesp, 2006.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros.** Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, v. 2, p. 58-59, 2004.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **Desigualdade de Gênero.** Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Acesso em: 25, novembro, 2021. Disponível em: <ccsa.ufrn.br/portal/?p=12263>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias.** Revista pesquisa qualitativa, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MOUKARZEL, Maria das Graças Machado. **Sexualidade e deficiência: superando estigmas em busca da emancipação.** Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: UNICAMP, 2003.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário;** tradução Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papius, 2010. - (Coleção Campo Imagético).

NOGUEIRA, Cláudia. **Biopoder e de(s)cientização feminina: opressões, riscos e expressões subversivas na afirmação do corpo-desejo.** In: SANTOS, Ana Cristina; FONTES, Fernando; MARTINS Bruno Sena; SANTOS, Ana Lúcia. **Mulheres, sexualidade, deficiência: os interditos da cidadania íntima.** Almedina, 2019.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. **O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração.** *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 12, n. 2, p. 466-485, ago. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082017000200016&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 mai. 2022.

PAIVA, André Luiz dos Santos. **Genealogia e teoria de gênero em Judith Butler: subversões teórico-políticas.** 2020.

PAIVA, Carla Conceição da Silva. **Feminismo no cinema brasileiro: a representação das mulheres nordestinas nas telas.** EDUNEB, 2019.

PENAFRIA, Manuela. **O ponto de vista no filme documentário.** Universidade da Beira Interior, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi. **A era dos modelos rígidos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2012.

_____. **A era dos modelos flexíveis.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PATIAS, Naiana Dapieve; HOHENDORFF, Jean Von. **Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa.** *Psicologia em estudo*, v. 24, 2019.

PORCHAT, Patrícia. **Um corpo para Judith Butler.** *Revista Periódicus*, v. 1, n. 3, p. 37-51, 2015.

ROCHA, Luis Fernando. **Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas.** *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2014, v. 34, n. 1, pp. 46-65.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Sempre Bela.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org). *Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SANTOS, Ana Cristina; SANTOS, Ana Lúcia. **Diversidade funcional, igualdade sexual: sexualidades não-normativas de mulheres com deficiência.** In: SANTOS, Ana Cristina;

FONTES, Fernando; MARTINS Bruno Sena; SANTOS, Ana Lúcia (org.). **Mulheres, sexualidade, deficiência: os interditos da cidadania íntima**. Almedina, 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução:Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

_____. **Gênero: ainda é uma categoria útil de análise?** Tradução de Graziela Schneider Urso. Albuquerque: Revista de história, vol. 13, n. 26, jul. 2021.

SCHWEIK, S. M. **The ugly laws: disability in public**. New York: New York University Press, 2009.

SPINK, Mary Jane P. **O conceito de representação social na abordagem psicossocial**, São Paulo, 1993.

SWAIN, Tânia Navarro. **Feminismo, corpo e sexualidade**. Genealogias do silêncio: feminismo e gênero, p. 183-194, 2004.

TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social**. Cadernos Pagu, n. 3, p. 28-62, 1994.

THOMSON, Rosemarie Garland. **Extraordinary bodies: Figuring physical disability in American culture and literature**. Columbia University Press, 1997.

_____. **Reconfigurar, repensar, redefinir: estudos feministas da deficiência**. In: SANTOS, Ana Cristina et al. (Ed.). **Mulheres, sexualidade, deficiência: os interditos da cidadania íntima**. Almedina, 2019.

WEEKS, Jeffrey. **Invented moralities**. In: **History Workshop**. Oxford University Press, 1995. p. 151-166.

_____. **O corpo e a sexualidade**. O corpo educado, v. 2, p. 35-82, 1998.

WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara Pollom. **Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação**. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, v. 22, n. 40, p. 131-143, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. 1987.

VALOTA, Ana Beatriz Alves. **A relação íntima e social da mulher com deficiência.** Florianópolis, SC: Insular, 2021.

ZANDONADE, Vanessa; FAGUNDES, Maria Cristina de Jesus. **O vídeo documentário como instrumento de mobilização social.** Assis, 2003.

APÊNDICES

ROTEIRO DE PERGUNTAS:

1. Perguntas gerais / “quebra-gelo”:

Nome, idade, o que você faz

E falasse um pouco sobre você e sua história

Qual categoria você compete?

O que é ser mulher para você?

Você pode falar um pouco sobre a sua deficiência?

2. Tópico: gênero

E como você descreveria o que é ser uma mulher com deficiência para alguém que não conhece essa realidade?

Você se sente bem representada na sociedade, nos espaços e na mídia?

Você sente que existe algum tipo de preconceito com relação às mulheres com deficiência?

Como você diria que o machismo atinge particularmente as mulheres PCDs?

Me fala um pouco sobre sua afetiva, você está namorando ou solteira?

Você já sentiu algum tipo de barreira para namorar ou paquerar por ter uma Deficiência?

Me conta dos meus pais, como era a questão da educação sexual em sua casa.

Você se lembra de algum momento em que eles tiveram "aquela conversa" com você?

3. Tópico: Corpo

Queria falar um pouco mais sobre corpo... o que o seu corpo significa para você?

Olhando para o passado, como você diria que era a sua relação com o seu corpo? E o que mudou de lá para cá?

Você evita situações em que é necessário expor o corpo? Por favor, conte uma situação em que você evitou isso...

O que faz quando não se sente bem? Por favor, conte uma situação em que isto acontece.

4. Tópico sexualidade:

Quando você olha para o passado, quando você acha que foi o seu primeiro contato com esse tema?

Se você examina a sua vida, você tem a impressão de que hoje você vivencia a sua sexualidade de uma forma mais plena do que antes?

Poderia, por favor, me contar um contexto ou situação em que a sexualidade é vivida por você mais plenamente do antigamente?

Como você descreveria o processo de descobrir um amor por alguém do mesmo sexo para uma pessoa que nunca passou por isso?

5. Tópico: Violência

Eu gostaria de entrar em um tema um pouco delicado... Segundo o Atlas da Violência, as taxas de violências contra mulheres com deficiência são mais de duas vezes superiores às de homens do mesmo grupo. No quesito especificamente à violência sexual, em 2020, elas foram 86% das vítimas. Foram sete mulheres com deficiência sofrendo violência sexual por dia.

Eu gostaria de saber, o que você sente com relação a esses dados?

O que é violência para você?

E quando pensa nas palavras “assédio” ou “abuso” o que vem em sua mente?

A violência, o assédio, infelizmente, mesmo que velados, estão muito presentes na vida das mulheres. Se você se sentir confortável, de entrar nesse âmbito... Mais uma vez olhando para o seu passado, você consegue lembrar alguma experiência relacionada à violência, à assédio, que tenha te marcado?

6. Tópico 5: Perspectivas

Pensando em tornar as coisas melhores...

Para você, o que é necessário mudar na sociedade para que ela se torne melhor para as mulheres?

Quem deve ser responsável por isso?

E para as pessoas com deficiência? O que você diria que, digamos assim, faria o mundo melhor?

ROTEIRO DE EDIÇÃO (COM TRANSCRIÇÃO):

Thaís 1

DI: Eu sinto que como mulher... eu sempre preciso estar provando meu valor e eu sinto que como mulher com deficiência eu tenho que estar... **provando ainda mais.**

Neide 1

[Di: 00'04'46]: **A mulher em si**, digo a mulher perfeita não, porque todas nós somos perfeitas, já é complicado, e uma pessoa com deficiência, mulher, homem, ou seja, lá o que for... para a gente entrar e sair primeiro tem que quebrar os nossos próprios medos. Primeiro a gente tem que se aceitar e depois fazer com que as pessoas nos aceitem **do jeito que a gente é.**

[surgem dados Neide. quando ela começa a falar, deixa só o playback da música, mas ao fim da fala, a música com letra volta com a parte “DI: Já não dá pra descrever... / DF: ...de voar”) enquanto toca, vão offs de planos detalhe delas]

Fernanda 1

[DI: 00'00'00] **Eu não me considero deficiente...** porque eu me sinto completa. Não é pq falta um pedaço que eu vou me sentir menor do que outra pessoa que tem **duas mãos.**

Neide 2

MVI- 0297 [d: 06'13] Meu corpo é minha casa. Tenho que cuidar, quem gosta de morar em casa suja? Ninguém, né? Eu habito no meu corpo, tenho que cuidar, tenho que me amar.

- Entra logo do doc -

“Cap 1: Não me resuma” (Apresentação – gênero)

Vão planos detalhe e off de Nanny:

NANNY 1

DI 00'00: **Eu não nasci assim...** acidente de energia...**amputação**

DI: 00'00'25: **E foi aí que foi** meu renascimento... contando a **minha história**

DI: 00'35'41: **Hoje eu sou reconhecida...** como Nanny atleta hoje, antes as pessoas me olhavam com olhar diferente: olha aquela menina sem os dois braços... e hoje a sociedade me olha realmente com mais respeito. Eu consegui o meu espaço. Isso é gratificante. E isso **...dependeu de mim, foi uma escolha.**

Congela e surgem dados de Nanny

Fade in / Fade Out

Vai dados sobre número de pessoas com deficiência

Fade in / Fade Out

NEIDE 3:

Take 4 [DI: 11;34] **Um homem que vê..** uma mulher assim, acha que a gente é frágil e não é. Se brincar, a gente tem mais força. Nossa vontade é mostrar que a gente é melhor e pode ser melhor ainda, que a nossa limitação, deficiência, não **..impede nada não.**

FERNANDA 2

[Di:00'00'18'17] **Aí quando você chega...** para essa outra pessoa que é deficiente em um grau mais afetado que o seu e pergunta a ela como é ser deficiente. Ela vai dizer a mesma coisa, porque uma coisa que a gente cresce é com essa vontade **...de ser o que você é.**

Vai transição longa

THAÍS 2:

DI: 00'04'00 **Eu amo ser mulher, eu amo...** Eu não gosto do que nos colocam, nos resumem, do que o mundo e a sociedade fazem... Então, eu detesto esse sentimento que vem de fora para dentro e eu amo isso que vem de dentro para fora **Do ser mulher.**

NEIDE 4:

TAKE 2 [DI: 03'42] **Mulher é mais do que força** é guerreira, batalha. E, assim, eu vejo, eu espelho em mim. Por mais que eu demonstre ser uma menina, sou mulher e sou forte. Por mais que a vida tenha me dado soco, eu caía e me levantava, **não me deixei desanimar.**

Transição longa

NANNY 2:

[01'24 DI:] Hoje eu tô grávida, eu não quis desistir. Hoje eu vejo muitas mulheres que acabam desistindo do esporte para construir uma família.

[00'01'38 DI:] Como eu falei, tem muitas mulheres que desistem do esporte, porque não dá conciliar, as vezes sofre muito preconceito, porque a seu corpo mudou. Quer dizer que vai passar por mudança e o corpo não mudar? Existe muito essa parte do preconceito.

Cap2: “O lugar perfeito” (Corpo)

Thaís 3:

DI: Eu sempre lutei contra... a minha deficiência e hoje eu sinto que preciso prová-la. Exatamente por não ser algo tão escancarado, então, eu sinto que eu preciso estar sempre provando. **E é muito, muito cansativo.**

(Vão planos detalhes)

DI: “Quando percebiam... principalmente quando eu era criança, adolescente, sempre viravam para mim e diziam: o que é que você tem no braço? Minha resposta era sempre a mesma: “eu tenho um problema”. Eu sempre vi como um problema. Hoje, como eu já digo, eu já mostro nas redes sociais, por exemplo, que tenho uma (deficiência, quando eu uso essa palavra "deficiência", a pessoa **já fica "ué cadê?"**

(a partir de “hoje como eu digo...”: bai imagem dela usando o celular, remete a um acesso ao instagram, vendo as publicações dela)
--

(atenção ao áudio: música alta ao fundo)
--

NEIDE 5

DI (MVI 0297) [00'06'38]: **Eu nunca tive problema com...** minha deficiência. Mas, hoje me aceito bem melhor. Quando a gente entra na infância e na adolescência não é fácil, você pensa

eu sou assim pq? Só que não cabe a gente saber, Deus criou e ele tem um propósito. É chato ter que estar explicando toda hora. Mas, hoje eu não tenho nenhum problema, me aceito ...**bem melhor do que antes.**

Thaís 4:

DI: **Eu nunca falo no sentido de que...** eu sou uma coitada, porque eu não me acho uma coitada, pelo contrário, eu me acho uma sobrevivente, porque se a minha clavícula não tivesse sido quebrada quando eu nasci eu não ia conseguir passar, eu ia morrer ali, ainda presa dentro da minha mãe.

DI: **Então, uma coisa que...** antes eu olhava com tanto desgosto e tanta vergonha hoje é para mim a minha ...**representação de sobrevivência.**

NANNY 3:

00'01'58 Eu nunca parei pra ver isso. Pra olhar pra minha deficiência, mas pra olhar pra minha capacidade.

FERNANDA 3

DI: 02'00 Meu corpo é tudo para mim...

Di: 02'04 gosto do meu corpo. Algumas coisas eu mudaria, mas não dá porque o esporte é complicado, não tenho tempo para ficar parada.

transição bem longa aqui, dar bem destaque a isso:

THAÍS 5:

DI: L: E o que seu corpo significa para você?

Casa.

DI: **Eu vou chorar...** Desculpa... É que eu sinto que, principalmente, quando a gente vai chegando nessa fase da adolescência, da puberdade, dos hormônios, toda mudança de um corpo tem muita comparação, a gente se compara com aquilo que a gente vê na revista... Essas lágrimas são de alegria, deixando claro... Porque eu lutei tanto contra o meu corpo e o culpei de tantas formas que hoje eu posso olhar para ele e dizer "tudo bem, você pode não ser perfeito para o mundo, mas você é perfeito para mim. Você é o corpo que eu tenho. **É você que existe.**"

NEIDE 6

TAKE1 - [DI: 00'00'16'13-] Há 3 anos eu descobri um nódulo na minha mama e comecei a fazer acompanhamento médico. Na minha família, minha avó morreu de câncer. Como apareceu esse nódulo tive que ser estudada, que poderia ser um câncer ou não. Os meus exames não acusaram câncer. [- DF: 00'43'11]

NEIDE 7

TAKE 1 – [DI: 00'44'00] Durante esses três anos, eu descobri mais um nódulo e depois mais outro e depois mais outro. Eu tinha 4.

NEIDE 8

TAKE 1- [DI: 00'52'00] E eu criei vendo a minha vó sofrer, minha avó fazia quimioterapia e para mim era um sofrimento ver aquilo e você descobrir que tem um nódulo... a primeira coisa que vem na cabeça da gente é poxa eu vou morrer, porque você não sabe se... como é que fala? Chora [-DF: 01'25'00]

Fade in / fade out

Cap 3: “Direito de amar” (SEXUALIDADE)

FERNANDA 4

DI: 01’07 Eu me casei em 2007, eu tinha 19 anos, não sabia o que o corpo fazia, então foi uma fase de aprendizado.

DI: 01’26 Nunca tive muita informação, nunca tive uma forma de fazer. Tudo o que eu sei hoje eu aprendi com meu marido. De acordo com o que a gente ia o tempo ia passando, as coisas iam mudando. Então, evoluiu muito. Eu era muito vergonhosa, namorava no escuro. Mas, hoje em dia está mais tranquilo. Mas, antigamente...

NEIDE 9

MVI 0298: DI: 00’15’03] Eu sou a mais velha né, aí eu tenho 3 irmãs e dois irmãos. A gente nunca teve problema em relação ao namoro, só era orientado: tem que fazer isso e aquilo, cuidado.

NANNY 5:

DI: [06’39] **Eu não me vejo...** eu não me vejo uma pessoa assim por não ter os braços não quer dizer que eu não sou uma mulher sexy né eu tenho minhas beleza eu tenho meus charme e tudo e assim é uma coisa que eu falo sempre existe muitas mães de pessoas com deficiências que acham que elas não pode ter uma vida social que elas não pode construir uma família que elas não podem ter uma vida amorosa entendeu então isso existe muito e eu fico assim meu Deus isso é lamentável porque assim a gente pode a gente tem o direito de ter alguém **...do nosso lado né off:**

THAÍS 6

DI: Eu tinha toda uma ideia construída... sobre a minha vida: casar, ter uma família tradicional, ter filhos de forma tradicional... Então, desconstruir tudo isso, para mim, foi um dos maiores desafios **...de certa forma**

(TAKE1: di: 00’09’51 / df: 00’10’09)

FADE in / fade out

Desce som e vai sonora:

Vai sonora

THAÍS 7

DI: No início, assim... foi bem assustador, porque eu nunca namorei uma garota, eu nunca tive, na verdade, sentimentos românticos por uma garota, então, foi uma coisa que, literalmente, bateu assim em minha cara e eu ... **“ok, calma”**.

THAÍS 8

Di: Assim, a primeira coisa que eu pensei... foi: a minha família vai... não sei... não vai gostar de alguma forma. Então, tinha esse medo de ser julgada... esse medo, assim... de ser olhada com outros olhos, de ser resumida... pronto! Esse era o meu medo: **...de ser resumida a isso.**

FADE IN / FADE OUT

THAÍS 9

DI: Sim, eu namoro... com uma garota, sou apaixonada, muitíssimo apaixonada, louca por ela, mas eu também **...sou MUITO mais.**

Sobe som e vai transição longa seguindo modelo estabelecido
Vai música lenta
Vai Dados sobre violência contra mulheres com deficiência
(as imagens com dados seguirão um padrão estético, de acordo com a paleta de cores do doc. As letras aparecem com efeito de som e imagem que remetem à datilografia. Necessário narração para acessibilidade).

Fade in/ Fade out lentos

Capítulo 4: “%” (Violência)

FERNANDA 5

[DI: 02’27] Muitas mulheres apanham... porque as vezes estão sendo vítimas de pessoas opressoras, como um marido... já vi muita deficiente apanhando por conta disso, já tive **...amigas nessa situação**

[di 02’49] Às vezes por a gente ser deficiente..., a gente acha que não acha ninguém, ninguém vai amar a gente. As vezes essa mulher que passou por isso, como a minha amiga, acha que não vai achar mais ninguém. **, mas, ela encontrou.**

(se rolar entrevista com Manuela – entra aqui)

Vai dados de violência física

NEIDE 10

Mvi 0298 [DI: 09’04]: **Uma vez, no meu trabalho...**, um cliente falou uma coisa que me deixou intrigada, esse cliente tem um pouco de problema mental, **...não é uma pessoa sã.**

Mvi 0298 [di: 09’44]: **Ele falou assim: deficiente só serve para ser usado...**, a maneira como ele falou. Hora ou outra eu sempre lembro dessa frase, aquilo me marcou muito, porque eu faço parte dessa porcentagem e eu não sou **...para ser usada e jogada fora.**

Vão dados da ONU sobre vulnerabilidade

THAÍS 10

DI: **se nós mulheres...**, só por sermos mulheres, corremos risco, já passamos pelo que passamos, eu acho que para nós mulheres com deficiência é sempre um buraco e parece que agora o buraco **...é mais embaixo.**

NEIDE 11

[DI: 10’18’00] **Violência é uma palavra...** diabólica para mim. Não gosto nem dessa palavra, é uma palavra que **...machuca muito.**

Transição longa

Vão dados de violência sexual (86% das PCDS que sofreram violência sexual eram mulheres)

THAÍS 11

DI: Quando eu tinha eu tinha 18 anos... e a minha primeira vez, no caso, minha primeira relação sexual... Meu primeiro namorado queria, mas eu não queria. Então, eu só fiquei lá. E eu não estava entendendo, eu sabia como o sexo funcionava, mas eu não estava entendendo o que estava acontecendo, acho que no momento parecia que eu não estava mais lá, ...**que era só o meu corpo.**

DI: 00'01'18 / DF: 00'02'01 ‘

Começa a intercalar com planos detalhe de: “meu primeiro namorado...” à: “...meu corpo”

THAÍS 12

DI: Eu senti que isso foi roubado de mim..., esse poder, assim, de escolha, de decisão. Depois ele disse uma coisa muito característica né: "você não disse não", mas eu não conseguia ...**dizer nada**

(zoom in para suavizar o corte)

THAÍS 13

Então, quando eu levantei e eu vi o sangue, na hora me deu um desespero, assim, muito grande. Eu fiquei "por favor, que não foi, que tenha sido minha menstruação, mas não tenho sido isso... Só que não era. (silêncio e olha para o nada)”

DADO: Total de mulheres com deficiência que sofreram violência sexual em 2020 e 2019 e 8% grávidas

Capítulo 5: “Saúde da mulher PCD”

NANNY 7

DI: 00'10'13: Eu tenho uma amiga que passou por muito preconceito quando estava grávida ela é até bi amputada e eu já li uns relatos dela violência né quando ela ia fazer as consultas médicas falava você vai dar seu filho não sei o quê é assim passava com coisas absurdas assim e eu ficava Meu Deus será quando eu engravidar um dia eu vou passar por isso e tudo, mas não está sendo totalmente diferente.

Dados: Necessidades não atendidas de saúde de mulheres PCDs

NEIDE 12

TAKE 2- [DI: 00'02'18] **E quando eu fui atendida por um médico lá**, que ele me tratou muito mal, eu acabei desistindo, porque tem profissional na área que é bom, mas tem profissional que faz você **desistir, recuar.** [DF: 00'02'41'02]

NEIDE 13

TAKE 2 [DI: 02'53] Quando eu falei que doía, ele falou que era coisa da minha cabeça e que eu não sentia dor. Ele começou a me apertar e foi bem grosseiro comigo. Saí até chorando da sala. ///

Relatório da ONU sobre PCD e câncer de mama

.....

Capítulo 6: Maternidade

NANNY 8

06'08 Fica pensando assim como que vai ser a questão de amamentação antes dela eu falei não doutora olha o bebê ele vai começar a se adaptar minhas condições ele vai sentir essa necessidade vai abraçar é a mãe dele é assim acho que vai ser uma transformação minha tanto minha quanto do bebê

NANNY 9

02'27 eu sentia necessidade de ser mãe sabe? De viver essa experiência que todo mundo fala, esse amor incondicional e, assim, tá assim a gestação tá sendo... às vezes eu fico um pouco preocupada, assim, por causa de tudo novo né, um processo assim que a gente passa é muito grande assim, uns desafios muito grandes, mas assim eu tô superando tô chegando lá, tô sendo forte, assim...

Entram dados sobre preocupações de mulheres com deficiência na maternidade

NANNY 10

DI: 10'43 eu até esses dias recebi uma mensagem de uma pessoa no meu Instagram e ela até falou assim uma coisa assim é, mas me fala como você que linda mas eu estou curiosa: Como você vai trocar fralda e tudo eu disse olha eu não tenho nenhuma dificuldade de fazer minhas coisas na minha casa não e trocar fralda para mim a coisa mais fácil do mundo

FERNANDA 6

DI: 00'07'07 Minha filha é tão tranquila... ela brinca muito com meu braço... é muito de boa.

FERNANDA 7

[DI: 00'07'24]: Então... minha filha...**Passa isso para as coleguinhas dela** [DF: 00'07'57:]

Transição longa
Entra frase de Frida

Capítulo 7: “pés... para que os quero, se tenho asas para voar?” (Capacitismo – mundo melhor)

NEIDE 14

Take 5 [13:17]: Uma vez um homem foi lá no trabalho e aí eu fui comprar uma película pra o celular e ele não estava na banquinha dele, mas disse que ia deixar em meu trabalho. Aí eu falei “eu fico nesse lugar”, aí ele disse “ah você não é da limpeza não?”. A forma como ele falou foi tentando me menosprezar.

FERNANDA 8

03'09 Acho que só quem vive aquilo sabe o que é, você acaba mudando o seu conceito.

FERNANDA 9

03'25 exemplo, você é branca, chega numa loja e rouba uma coisa, “ah não deve estar com distúrbio”, é um tipo de ver, mas por eu ser deficiente é outro. Aí chega um negro e rouba, ah é porque é ladrão. Então, as pessoas não tratam da mesma forma.

Fade in / fade out

THAÍS 15

Off: Eu descobri as minhas potencialidades dentro das possibilidades que eu tive, então se essas mulheres e mulheres com deficiência elas não têm essa oportunidade para poder descobrir do que elas são capazes, então elas vão se manter ali, eu digo assim, naquela zona de conforto, mas não porque está bom, mas porque é a única zona que elas conhecem.

THAÍS 16

eu acredito que precisa investir nessa base nas leis para serem mais rígidas e também e que possa haver, assim, mais oportunidades para essas mulheres.

NEIDE 15

Take 5 [DI: 12:54] Acreditar mais no potencial, não achar que a gente é limitado não. Eu posso ser o que eu quiser. A deficiência não limita em nada.

NANNY 11

Di: 11'57 ‘assim tem que a sociedade ela tem que trabalhar mais isso nos espaços públicos nas escolas na saúde também isso é importante ser abordado.

NANNY 12

Di: 00'11'34 Eu acho que a gente tem que ser respeitado né em qualquer lugar que a gente chega o respeito e que a gente pode tudo gente que a gente tem que ir pode tudo a gente pode sonhar em ter uma família a gente pode sonhar em ter uma profissão, não sei, o que a gente quer ser né, então isso é não tirar esse sonho da gente.

SOBE SOM – sem letra

IMAGENS DELAS SORRINDO TAKES

FADE IN – E COMEÇA A COR AREIA (BG DA IDENTIDADE VISUAL)

ENTRA CÉDITOS – COM A MESMA FONTE DE SEMPRE

Ficha Técnica

ROTEIRO

Layla Shasta

DIREÇÃO

Layla Shasta

IMAGENS/FOTOGRAFIA

Anna França

MONTAGEM E EDIÇÃO

Layla Shasta

Anna França

ARTES GRÁFICAS

Sabrinna Queiroz

ILUSTRAÇÕES

Paloma Santos

ORIENTAÇÃO

Carla Conceição da Silva Paiva

TRILHA SONORA

Lugar – Mirielle Cajuhy

Duas luas – Hugo Lins

INTÉRPRETE DE LIBRAS

Tailane Brito

Investimentos e custos

Item/Serviço	Quantidade	Valor Unitário	Valo total	Fornecedor
Contrato Cinegrafia/Edição	1	R\$800,00	R\$ 800,00	Anna Camila França
Artes gráficas	14	R\$ 25,00	R\$ 350,00	Sabrinna Queiroz
Cartão SD 128G	1	R\$ 60,00	R\$ 60,00	Tech tudo
Tradução de LIBRAS	1	R\$ 600,00 por 30 minutos	R\$ 600,00	Tailane Brito

Valor total: R\$ 1.800

ANEXOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Thaís Teixeira de Albuquerque, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, portador da Cédula de identidade nº. 8537616, inscrito no CPF/MF sob nº 08499171400, residente à Av/Rua Lucyano Patriota, apto 301, nº. 120, município de Petrolina - PE.

AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada no documentário produzido como Trabalho de Conclusão do Curso Jornalismo em Multimeios, do Departamento de Ciências Humanas III, da Universidade do Estado da Bahia, pela estudante Layla Gabriele Shasta Rodrigues de Oliveira, matrícula 031620074, sob orientação da professora Carla Conceição da Silva Paiva, docente lotada no colegiado do curso de Jornalismo em Multimeios.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional na forma de vídeo documentário que será divulgado em redes sociais, nos sites da Universidade do Estado da Bahia e eventos acadêmicos e de audiovisual. Fica ainda AUTORIZADA, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Petrolina, 26 de Junho de 2022.

Thaís Teixeira de Albuquerque
(assinatura do cedente)

(assinatura da cessionária)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Nanilza dos santos Silva, nacionalidade brasileira, estado civil casada, portador da Cédula de identidade nº. 6915317 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 062.676.594-37, residente à Rua Paraná, nº 162, Bairro: José e Maria, CEP: 56320-460, município de Petrolina-PE. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada no documentário produzido como Trabalho de Conclusão do Curso Jornalismo em Multimeios, do Departamento de Ciências Humanas III, da Universidade do Estado da Bahia, pela estudante Layla Gabriele Shasta Rodrigues de Oliveira, matrícula 031620074, sob orientação da professora Carla Conceição da Silva Paiva, docente lotada no colegiado do curso de Jornalismo em Multimeios.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional na forma de vídeo documentário que será divulgado em redes sociais, nos sites da Universidade do Estado da Bahia e eventos acadêmicos e de audiovisual. Fica ainda AUTORIZADA, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Petrolina-PE, 07 de julho de 2022.



(assinatura do cedente)

(assinatura da cessionária)



Hugo Linns
hugo_linns



Estou produzindo um documentário, para o meu trabalho de conclusão de curso, que discute sobre vivências de mulheres com deficiência.

Descobri o seu trabalho maravilhoso e eu ficaria muito honrada e feliz em poder usar uma de suas canções na trilha sonora desta produção, que não tem fins lucrativos.

Existe alguma possibilidade de você conceder a utilização?

20 de jun. 10:21 PM

Boa noite Layla, fique a vontade pra usar qualquer composição minha no seu trabalho, pode usar, só peço que coloque os créditos ao final e que se possível me envie uma cópia, abraços.



Muito obrigada!! ❤️❤️. Colocarei os crédito sim!



Pode ser um link quando tiver pronto



Mensagem...



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INSERÇÃO E VEICULAÇÃO DE OBRA

Eu, MIRIELLE KATARINE DO NASCIMENTO CAJUHY, BRASILEIRA, SOLTEIRA, CANTORA/COMPOSITORA, portador(a) da Cédula de Identidade n.º 15680926-52 inscrito(a) no CPF sob n.º 059.000.025-00 autorizo, de forma gratuita, nos termos da Lei Federal n.º 9.610/98, a inserção e veiculação da(s) obra(s) abaixo indicada(s), no documentário “*Casa Alada*”, obra audiovisual de responsabilidade da estudante LAYLA GABRIELE SHASTA RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrita no CPF: 860.070.315-86, produzida no âmbito do trabalho de conclusão de curso de Jornalismo em Múltiplos Meios, da Universidade do Estado da Bahia, Campus III, sem limitação de tempo e/ou número de utilizações e exibições.

Título da(s) obra(s):

Lugar

Co-autores (se houver):

Declaro que o conteúdo da obra cedida é de minha autoria, em colaboração com os co-autores acima mencionados, da qual assumo qualquer responsabilidade moral e/ou material em virtude de possível impugnação da obra por parte de terceiros.

Cidade e data: Petrolina-PE, 07 de Julho de 2022

Nome completo e assinatura do **AUTOR**:

_____

Mirielle Katarine do Nascimento Cajuh

De acordo, o **RESPONSÁVEL PELA OBRA AUDIOVISUAL**:

1:45 PM

4G



partes



partes.art

Instagram

7,7 mil seguidores · 357 publicações

Vocês não se seguem mutuamente no Instagram

Vocês seguem amandalyraoficial e outros 9 perfis

[Ver perfil](#)

30 de jun. 5:14 PM

Oi, Paloma! Boa tarde!

Eu me chamo Layla, sou estudante de Jornalismo



30 de jun. 6:31 PM

Oiii

Que bacana

Pode simm



Só me falar quais vc precisa



Mensagem...

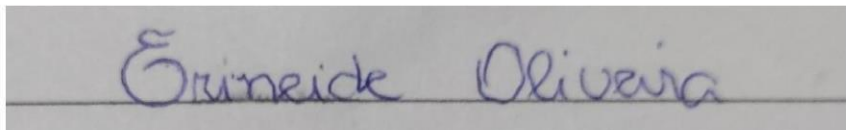


TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Erineide Oliveira, nacionalidade brasileira estado civil solteira, portador da Cédula de identidade nº 7728252 inscrito no CPF/MF sob n 07294393486, residente do município de Petrolina, Pernambuco, AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada no documentário produzido como Trabalho de Conclusão do Curso Jornalismo em Multimeios, do Departamento de Ciências Humanas III, da Universidade do Estado da Bahia, pela estudante Layla Gabriele Shasta Rodrigues de Oliveira, matrícula 031620074, sob orientação da professora Carla Conceição da Silva Paiva, docente lotada no colegiado do curso de Jornalismo em Multimeios.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional na forma de vídeo documentário que será divulgado em redes sociais, nos sites da Universidade do Estado da Bahia e eventos acadêmicos e de audiovisual. Fica ainda AUTORIZADA, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

12 de julho de 2022



(assinatura do cedente)

(assinatura da cessionária)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Fernanda Yane da Silva, nacionalidade Brasileira, estado civil Solteira, portador da Cédula de identidade nº. 1306936772, inscrito no CPF/MF sob nº 068917664-35, residente à Av/Rua Joaquim Sobino da Silva, nº. 360, município de Petrolina - PE.

AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo e fotos, para ser utilizada no documentário produzido como Trabalho de Conclusão do Curso Jornalismo em Multimeios, do Departamento de Ciências Humanas III, da Universidade do Estado da Bahia, pela estudante Layla Gabriele Shasta Rodrigues de Oliveira, matrícula 031620074, sob orientação da professora Carla Conceição da Silva Paiva, docente lotada no colegiado do curso de Jornalismo em Multimeios.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional na forma de vídeo documentário que será divulgado em redes sociais, nos sites da Universidade do Estado da Bahia e eventos acadêmicos e de audiovisual. Fica ainda AUTORIZADA, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

São Paulo, 07 de Julho de 2022.

Fernanda Yane da Silva

(assinatura do cedente)

(assinatura da cessionária)